



Local Conference of Youth (LCOY) – Brasil

Brasil, 30 de Setembro de 2025
Original: Português Brasileiro

Declaração Nacional da Conferência Local da Juventude e das Crianças sobre Mudanças Climáticas - LCOY Brasil

Declaração Nacional da Juventude Brasileira (2025)

Grupos organizadores:

A vida no Cerrado (AVINC), Boi Rosado Ambiental, CaaTlântica, Casa das Marias, Centro Acadêmico Afonso Pena, Centro Acadêmico de Ciências do Estado, Centro Acadêmico de Engenharia Ambiental - CAEA, Coalizão Nacional de Juventudes pelo Clima e Meio Ambiente, Coletivo Luta, Diretório central dos estudantes da UFPA - DCE UFPA, Eco Pelo Clima, Embaixada Politize Recife, Engajamundo, Engajamundo - Núcleo Belo Horizonte , Federação Nacional dos Estudantes, Fridays for Future Brasil (Greve Pelo Clima Brasil), Global Shapers hub belo horizonte, Grupo de Voluntários do Greenpeace Belo Horizonte, Instituto Circula Libras, Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, Instituto Nós em Movimento, Instituto SustentAção, Instituto Tapajônico + Diretório Central dos Estudantes da UFOPA, Jovens pelo Clima Brasília, Juventude Lixo Zero Brasil, Laboratório Social Horizonte Inclusivo, Oca Amazônia, Orinãra, Palmares Lab, Parlamento Mundial da Juventude (Global Youth Parliament), Passaredo, Perifalab, Rede PerifAtiva, Solarpunk Brasil e Instituto Eco Indústria Modular.



Declaração Nacional da Juventude Brasileira (2025)

1. Preâmbulo

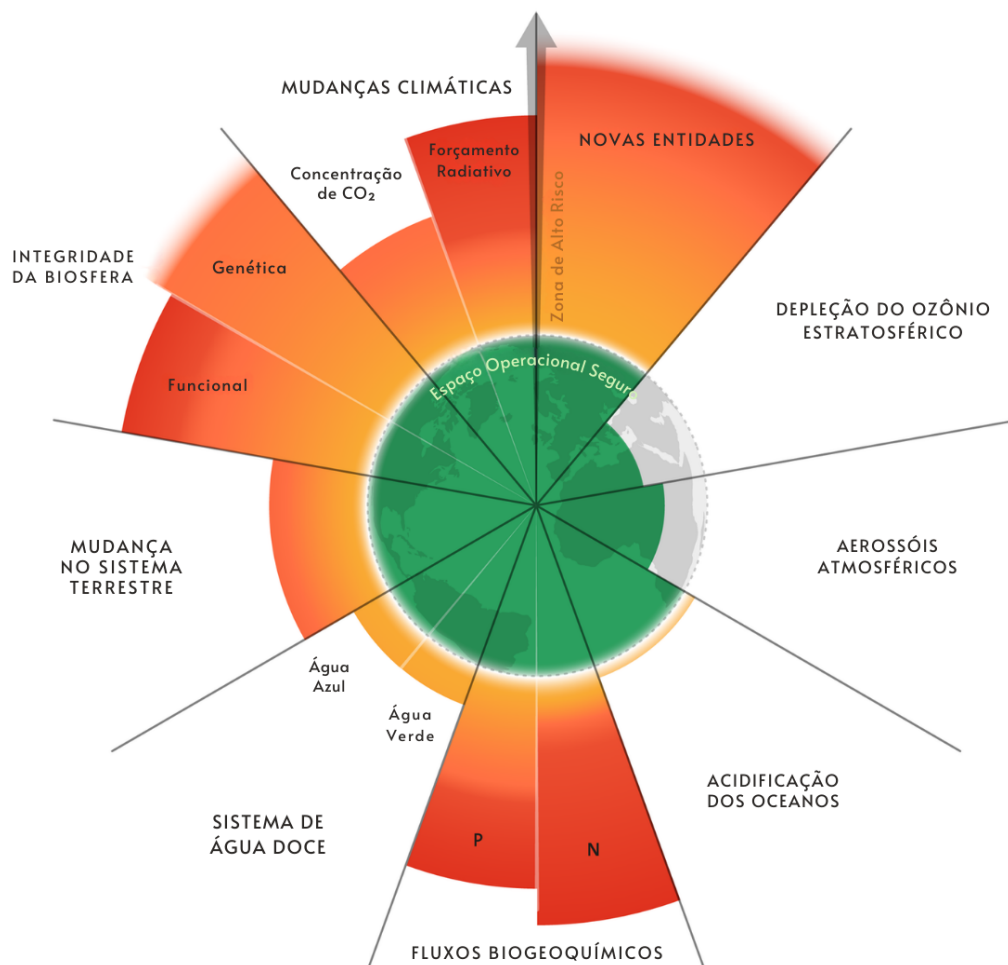
Vivemos um tempo em que os sinais da policrise planetária deixaram de ser alertas distantes e já fazem parte do nosso dia a dia. Estiagens prolongadas, enchentes devastadoras, ondas de calor, empobrecimento de solos, contaminação da água e perda de biodiversidade atingem comunidades em todas as regiões do Brasil, revelando como a juventude é chamada cada vez mais a enfrentar, em seus próprios territórios, os impactos do colapso ecológico.

Da Amazônia ao Pampa, do semiárido nordestino às periferias urbanas, da Caatinga aos Manguezais, do Cerrado à Mata Atlântica, a maquinização da natureza que transforma tudo em mercadoria em prol do crescimento infinito está levando nos ao colapso. Os desafios se multiplicam, as crises se agravam e eventos extremos são o novo normal: escolas vulneráveis às ondas de calor, comunidades ribeirinhas sem energia ou saneamento, periferias marcadas por enchentes e racismo ambiental, povos tradicionais ameaçados pela mineração, desmatamento e pelo avanço de falsas soluções verdes.

A LCOY Brasil 2025 foi a primeira a acontecer em todas as regiões do país, em um movimento continental que uniu vozes diversas e transformou cada território em espaço de empoderamento juvenil. Esta declaração é fruto de formações, pesquisas e do acúmulo de **10 declarações regionais**, que juntas expressam a força, a criatividade e a urgência da juventude brasileira diante da policrise planetária.

2. Contexto Global

Ser sustentável não é mais o suficiente



Sete dos nove limites foram excedidos. Ilustração: Azote para o Centro de Resiliência de Estocolmo, com base na análise de de Sakschewski e Caesar et al. 2025. Em verde está o espaço operacional seguro para a vida como conhecemos no planeta terra.

Um estudo liderado por Sakschewski e Caesar do Centro de Resiliência de Estocolmo em 2025, atualiza a estrutura dos Limites Planetários e mostra que as atividades humanas fizeram com que tenhamos **ultrapassado 7 de 9 limites planetários**, o que aumenta o risco de desencadear colapso do equilíbrio dos sistemas planetários.

O **espaço operacional seguro da Terra** é o conjunto de condições biofísicas dentro das quais a humanidade pode se desenvolver de forma estável, garantindo o bem-estar humano e a integridade dos ecossistemas.

Em outras palavras:

- O espaço operacional seguro é como a **faixa de estabilidade do planeta**, que permite a civilização florescer.
- É a **“zona segura”** para a humanidade: fora dela, os sistemas da Terra podem perder equilíbrio e colapsar.

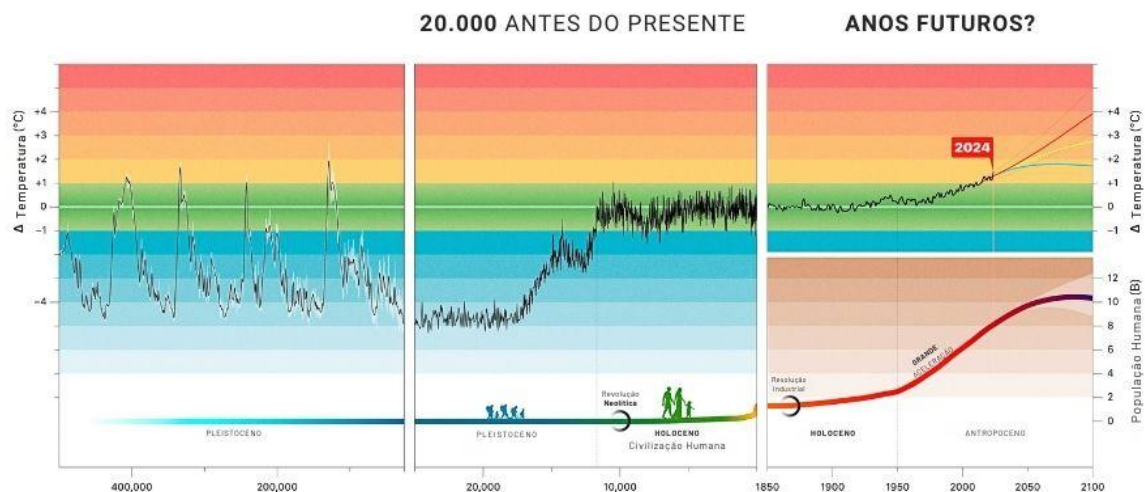


- Ele conecta ciência planetária com políticas públicas e design de sistemas, mostrando que nossas economias e culturas precisam operar **dentro dos limites do planeta**.

Ele é definido pelo quadro dos **Limites Planetários**: nove processos-chave que regulam o equilíbrio do Sistema Terra. Cada limite funciona como uma fronteira. Enquanto permanecemos dentro delas, o planeta mantém sua resiliência, habitabilidade, estabilidade e capacidade de absorver pressões humanas. Quando ultrapassamos essas fronteiras, entramos em uma zona de **incerteza e risco**, onde aumentam as chances de mudanças abruptas e irreversíveis no clima, na biodiversidade e nos sistemas de suporte à vida.

A nossa espécie Homo sapien surgiu a cerca de 300 mil anos atrás e sobreviveu de forma muito rudimentar em um planeta com clima severo. Os primeiros seres da espécie eram, principalmente, caçadores coletores, viviam em cavernas e assim sobreviveram a duas eras glaciais, mas apenas prosperou e cresceu em um período posterior, o Holoceno, período geológico em que a humanidade teve a seu favor a estabilidade climática, estações do ano bem definidas, enorme biodiversidade para nosso benefício através de alimentos e medicamentos.

Porém, desde a invenção da agricultura a cerca de 12 mil anos atrás, e principalmente a partir da grande aceleração no crescimento e desenvolvimento gerados pelas revoluções industriais, o planeta começou a dar sinais de adoecimento. No holoceno, vivíamos em um planeta abundante e enorme. Hoje ultrapassados 1/4 do século XXI, vivemos em uma grande economia ultra consumista, extrativista predatória. Um planeta pequeno que se torna mais escasso a cada dia.



Tamanho da população humana e temperatura global de 500.000 anos até 2100. Fonte: *Planetary Health Check Report 2024*. Potsdam: Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK), 2024.

Este gráfico evidencia, em verde, o "corredor da vida" que é a temperatura média do planeta que é propícia para a vida como conhecemos. Atualmente, dados apontam que já



ultrapassamos o aumento de 1,5° C da temperatura média global¹. Previsões apontam que neste ritmo até final do século podemos chegar a um aumento de 3 a 4 graus. Neste ritmo vamos perder os recifes de corais, que são os habitats mais biodiversos dos oceanos e também perderemos a floresta amazônica.

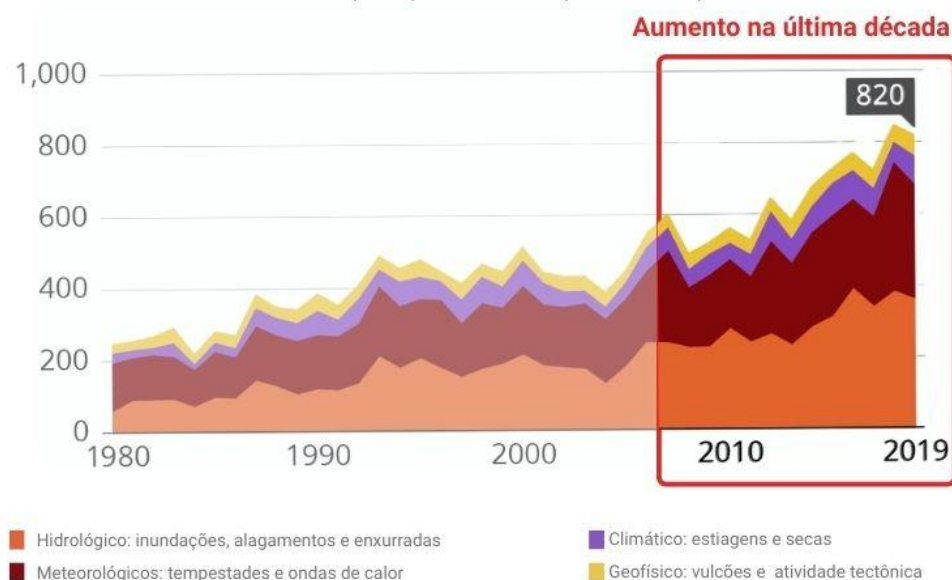
Devemos ir além da mitigação e adaptação

Fronteiras planetárias ultrapassadas

As consequências dos limites ultrapassados não são linearmente percebidas, mas acumuladas em ciclos naturais. Por mais de 50 anos, estamos degradando sistemas naturais a uma taxa maior do que o planeta é capaz de se regenerar. Mas os impactos de nossas ações não foram tão logo percebidos após ações de degradação. A degradação foi acumulada, ganhando escala e modificando os sistemas regionais, continentais e planetários.

Os limites que ultrapassamos não só aumentam o risco de desencadear colapso do equilíbrio dos sistemas planetários, mas seus efeitos estão acontecendo e aumentando a frequência e intensidade de eventos climáticos extremos. Secas e enchentes históricas, tempestades mais frequentes e intensas, empobrecimento de solos, extinção em massa, imigração em massa de populações humanas e muitos outros efeitos estão sendo percebidos.

Número de desastres naturais por tipo de evento (1980–2019)



Fonte: www.munichre.com. Rápido crescimento da frequência de desastres naturais por tipo de evento nas últimas décadas é uma forma de demonstrar a não linearidade dos efeitos das mudanças geofísicas causados pela humanidade.

¹ WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. WMO confirms 2024 warmest year on record – about 1.55 °C above pre-industrial level. Geneva: WMO, 2025.



A sustentabilidade significa "sustentar", causar o mesmo impacto positivo que o negativo, é ficar no ponto neutro, mas não é uma meta adequada pois não diz o que estamos realmente a tentar sustentar. A ciência de saúde planetária demonstra que a vida como conhecemos é sustentada pela habitabilidade, resiliência e estabilidade do planeta. Que nossa saúde está conectada com a saúde dos ecossistemas, saúde dos outros seres vivos, saúde da nossa região e também com a saúde planetária. Como ultrapassamos limites, estamos no "vermelho", a sustentabilidade deve ser encarada como parte do caminho, como um processo de frear situações mais graves, mas não o fim, pois a saúde precisa ser restaurada.

Com este check de saúde do planeta, é possível constatar que ainda que o mundo inteiro se tornasse completamente sustentável hoje, todos governos, empresas, sociedades e culturas, ainda assim estaríamos vivendo uma crise planetária. O que precisamos é ir além da sustentabilidade, causar muito mais impacto positivo do que negativo. Mudar nossa cultura e educação que fala de redução de impacto, para falar sobre **como podemos gerar impactos positivos**.

Ainda sim as mídias, conferências internacionais da ONU, governos e grandes empresas continuam transmitindo metas insuficientes que buscam mitigação e adaptação até 2030. A discussão precisa deixar de girar em torno das mudanças climáticas e crise climática apenas, precisamos começar a falar da real dimensão da crise, que é uma crise de lideranças, de valores, uma policrise planetária.

A coalizão nacional da juventude e das crianças, não irá mais reproduzir o discurso de que a sustentabilidade é o fim. Sabemos que ela é o meio, sabemos que mitigação e adaptação não são mais o suficiente. Precisamos transformar o sistema em nossas regiões para que as atividades produtivas de culturas humanas sejam benéficas aos ecossistemas em que estão inseridas. Precisamos de transformações sistêmicas para garantir um futuro saudável da espécie humana no planeta.

Crise Cultural e de Valores

A policrise planetária que vivemos não pode ser compreendida apenas em termos de gases de efeito estufa ou de degradação ambiental. Ela é também reflexo de uma **crise cultural e de valores da sociedade ocidental e dos nossos modelos político-econômicos**. É uma tendência secular que nos trouxe até aqui, a forma como sociedades modernas foram estruturadas nos afastou da percepção de que somos parte da natureza, promovendo uma cultura que valoriza o consumo, a competição predatória e o individualismo em detrimento da colaboração, da coletividade e da união.

Esse desencontro entre nossa cultura e os ciclos naturais do planeta faz com que, mesmo diante de evidências científicas contundentes, sigamos sustentando narrativas insuficientes, negacionismo e informações científicas falsas. Governos, empresas e até conferências globais frequentemente reduzem a crise planetária ao debate sobre carbono na atmosfera, definindo metas altamente insuficientes e mesmo que em alguns casos soem ousadas, estão apenas mantendo o colapso da humanidade.



Quando falamos de regeneração, não podemos ignorar que muitos povos originários já vivem há milênios dentro do **espaço operacional seguro da Terra**, cultivando relações de reciprocidade, respeito e equilíbrio com o mundo natural. O que hoje chamamos de “design regenerativo” ou “economia circular” já faz parte das cosmologias afro-pindorâmicas que entendem a vida como rede, como interdependência, como continuidade.

O pensador quilombola **Nego Bispo** nos lembra que a modernidade construiu uma narrativa de “civilização” que, na verdade, impôs **colonialidade, extrativismo e monocultura de valores**. Para ele, regenerar é também **descolonizar os saberes**, reconhecendo que existem múltiplas epistemologias e que a “ciência dos povos da floresta e do campo” precisa ser escutada de igual para igual com a ciência acadêmica. A monocultura de conhecimento leva à monocultura da vida — e o oposto também é verdadeiro: a diversidade cultural gera diversidade ecológica.

Já **Ailton Krenak** insiste que a crise atual é também uma crise de imaginação. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, ele nos convida a suspender a ilusão de que somos separados da Terra e lembra que “o humano não é a medida de todas as coisas”. Para os povos indígenas, rios, florestas e montanhas não são recursos, mas **parentes**. Krenak nos provoca a repensar nossa condição de humanidade:

“Quando a gente se dá conta de que a Terra não nos pertence, mas nós pertencemos a ela, começamos a repensar nossas ações.”²

Essa sabedoria nos mostra que regeneração não é apenas técnica ou política, mas sobretudo **espiritual e cultural**. É reconhecer que viver bem não significa consumir mais, mas estar em harmonia com a rede de seres vivos. É trocar o paradigma do domínio pelo da **participação**.

Os povos indígenas e quilombolas, como guardiões de territórios e saberes ancestrais, nos ensinam que regenerar é, acima de tudo, **tecer relações de “interser”**: entre humanos, entre espécies e entre mundos. Esse é o chamado mais profundo de nossa época: escutar, aprender e caminhar junto com as culturas que nunca deixaram de viver em regeneração. É a partir dessa visão que podemos resgatar valores de **colaboração, cuidado, respeito mútuo e responsabilidade coletiva** como bases para qualquer transformação.

² Fonte: Academia Brasileira de Letras – “ABL na mídia – Agência Notícia do Acre – A Economia Verde e a Valorização dos Ativos Florestais em Diálogo com Ailton Krenak”, 10 fev 2025.



Regeneração agora! A transformação cultural que precisamos

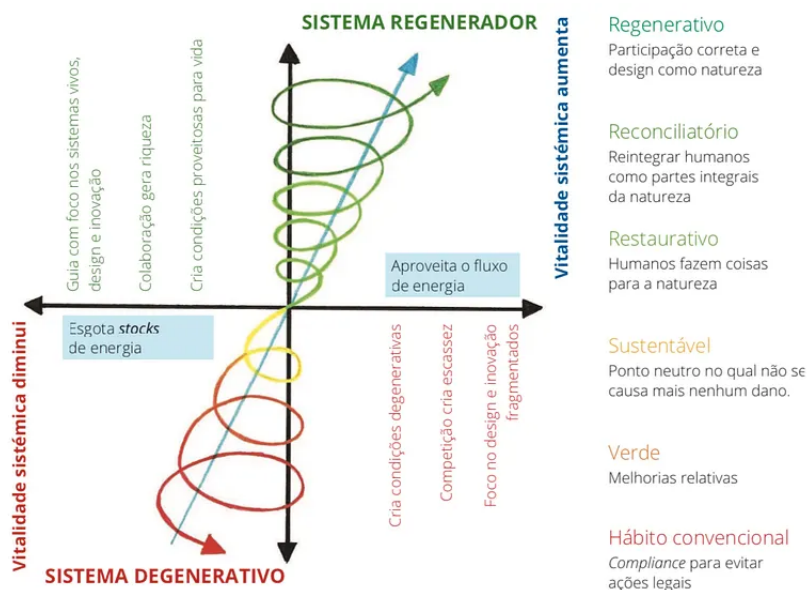


Gráfico da versão em português do Design de Culturas Regenerativas, Bambual 2020.

Nossos **hábitos convencionais** e a forma que vivemos no geral estão reproduzindo uma lógica de destruição. **Estamos comendo o planeta e transformando ele em mercadorias**, que funcionam dentro de um sistema político-econômico linear cujo resultado final é o lixo, desperdício e destruição das nossas saúdes e culturas integradas à natureza.

Soluções verdes quando analisadas do ponto de vista do ciclo completo, não causam nenhum impacto positivo, **apenas reduzem a destruição**. Sustentabilidade, como já dito, é apenas um ponto neutro. Devemos falar, refletir, agir e redesenhar nossos sistemas visando sempre o impacto positivo.

Restauração é o ponto de partida, quando recuperamos um rio poluído, reflorestamos matas nativas, re-introduzimos espécies ameaçadas em seus habitats naturais com capacidade de viver saudáveis e se reproduzir, são apenas alguns exemplos de muitos outros possíveis para “fazermos algo para a natureza”. Mas **costuma ser ações de impacto positivo isoladas** e ainda carrega valores intrínsecos de que os humanos são algo separado da natureza.

É na **Reconciliação** que transvaloramos nossos valores e cosmovisão para novamente compreender profundamente que **somos parte da natureza**, voltamos a perceber o ambiente, clima, ciclos naturais, outros seres vivos que vivem em rede conosco. E nesta etapa da revolução cultural que voltamos a compreender qual pode ser nossa contribuição nos ecossistemas que vivemos. Como podemos reconciliar as cidades humanas com o ecossistema que ela está inserida? Como podemos reconciliar indústrias com ciclos naturais? Como as cidades podem contribuir para a prosperidade da vida e dos seres vivos? Como podemos produzir mais água potável, mais energia renovável e limpa, mais materiais ecológicos do que usamos? Como podemos reaproveitar materiais circularmente e não precisar mais extrair de estoques naturais? Como podemos trabalhar para a longo prazo reconstituir estoques naturais? Como transformamos materiais tóxicos em materiais



nutritivos para tornar solos mais férteis? Podemos ainda não saber responder estas perguntas individualmente, mas com inteligência coletiva e conhecimentos transculturais sim. Soluções assim já foram feitas antes, a história da terra preta de indigena mostra que o solo mais fértil do mundo é na verdade resultado de manejo agroflorestal de milhares de anos, não só este solo, mas toda floresta amazônica é resultado de um processo milenar de agricultura sintrópica. A floresta amazônica não é uma floresta intocada, mas sim uma enorme agrofloresta pindorâmica. Precisamos reconectar processos humanos com a natureza, fechar ciclos e trabalhar como parte da natureza.

A **Regeneração** é o estágio mais elevado, é ecocêntrico e sistêmico, uma escala de ganha-ganha-ganha onde o impacto positivo se torna um ciclo virtuoso e humanos como parte de sistemas vivos fazem design como natureza e participam corretamente do fluxo de energia e de vida **promovendo saúde biorregional e planetária**. Regeneração não é a soma das partes, é o resultado de um processo dinâmico e complexo, uma capacidade emergente e possível graças a muitos processos e agentes. Basta olhar para nós mesmos, nosso corpo tem capacidade de regeneração celular, se nos cortamos o corpo se regenera, ecossistemas, biosfera e o planeta terra também são assim.

Precisamos reunir a sabedoria humana e transcultural para planejar, realizar e sustentar projetos de regeneração a longo prazo. Não precisamos elaborar projetos de grande escala: geralmente projetos assim não só requerem muito recursos mas têm efeitos colaterais negativos. Precisamos promover a escuta, reflexão e planejamentos locais e regionais, promover políticas públicas para microfinanciamentos descentralizados, onde vários projetos de pequena escala para regeneração de ecossistemas e transformação sócio econômicas possam acumular reputação. Projetos de pequena escala podem servir de exemplo para outras biorregiões similares mas inevitavelmente precisam ser transformados para outras realidades. A regeneração não tem tudo haver com conhecimento livre e colaboração em larga escala. E se soluções de regeneração práticas e advindas de sabedoria popular fossem organizadas e disponibilizadas para mais pessoas? Será que uma grande biblioteca pública de soluções livres, disseminada para reprodução, adaptação e documentação de mais e mais soluções não poderia ajudar mais pessoas a mitigar, adaptar e transformar suas realidades em um cenário de ganha-ganha-ganha, onde a comunidade/sociedade ganha, a natureza ganha e a vida ganha?

Propomos a criação de uma biblioteca aberta de soluções práticas, como a wikipedia, mas para fins regenerativos e de saúde planetária. Propomos a criação de políticas públicas que garanta implementação, crescimento e sustentação desta biblioteca aberta, que garantam que o acesso a estas soluções se torne um direito humano difuso e inalienável a qualquer ser humano, para promoção de mais equidade social, onde todos independente de sua origem étnica, de gênero, sexualidade e cultural tenham acesso a estas soluções. Acreditamos que este é um caminho potente para tornarmos a cultura e conhecimento humano comum um vetor ecocêntrico para saúde biorregional e planetária.

3. Contexto Brasileiro

Brasil como país de *commodities*. Não há contrapartida à sua exploração.



Ausência de infraestrutura e industrialização, fuga de cérebros de sua juventude.

Essa declaração se consolida como a que mais escutou a juventude brasileira, uma vez que a LCOY aconteceu nas 5 regiões do Brasil com 10 eventos presenciais e descentralizados. Ao mesmo tempo que nosso país enfrenta as piores faces da crise climática (com desastres, aumento dos índices de desmatamento em vários biomas-chave, flexibilização das regulamentações de defesa do ambiente etc), em muitos aspectos, a juventude brasileira nunca esteve tão organizada e capaz de incidir sobre esse tema.

Nós iremos conviver ao longo de todas nossas vidas com um planeta extremamente mais hostil do que quando nascemos, mesmo sem termos significativamente contribuído com a crise planetária. Isso nos motiva a lutar, mesmo em um mundo que já ultrapassa um aumento da temperatura global de 1,5 °C e projetado para passar de 4 °C até final do século. Nós formaremos redes de solidariedade e colaboração para enfrentar os desastres e lutaremos localmente para que a transição justa - que não somente tira nossa economia do rumo destrutivo promovido pelo capital fóssil e agronegócio, mas também acolhe e suporta as populações vulnerabilizadas - seja implementada.

A LCOY Brasil 2025 foi organizada como um espaço essencial para o empoderamento juvenil e construção de redes de ação climática em diferentes regiões do Brasil, unindo vozes tradicionais e diversas, enquanto buscamos soluções que integrem o local, ao nacional e ao global. Esta declaração surge como o resultado das discussões e contribuições de jovens de Tapajós, Manaus, e Belém (Região Norte), Ceará, Salvador e Fortaleza (Região Nordeste), Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (Região Sudeste), Brasília (Região Centro-Oeste), e Porto Alegre (Região Sul).

Os temas da LCOY 2025 foram escolhidos estrategicamente para dialogar com temas da COP 30, tivemos como temas principais a Ação para Empoderamento Climático (ACE), Transição Justa e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), e tiveram como subtemas: justiça climática, saúde planetária, mitigação, adaptação, transformação, regeneração popular, tecnologias livres e financiamento climático. Esses assuntos serviram de arcabouço para estruturar o debate e gerar propostas. Antes da realização das conferências locais, o grupo de trabalho de gestão do conhecimento, o mesmo grupo responsável pela escrita desta declaração, promoveu também formações online para os voluntários que levaram a discussão para seus territórios.

Desafios e contextos na realização das LCOYs locais

A realização das LCOYs em cada território foi marcada por desafios estruturais, racismo ambiental, desigualdades históricas e ausências do Estado. Cada conferência se tornou um ato de resistência e organização, superando barreiras logísticas, sociais e climáticas para garantir que as vozes da juventude ecoassem de forma coletiva.

Manaus recebeu pela quinta vez uma edição da LCOY, mas, pela primeira vez, o evento aconteceu em uma zona rural: na Comunidade Ribeirinha do Julião, uma das 6 comunidades que compõem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, única Unidade de Conservação rural de responsabilidade da prefeitura de Manaus. O objetivo foi fortalecer o protagonismo da juventude que hoje cuida da floresta e será a liderança de



amanhã. A região sofre com acesso limitado a saneamento básico rural, falta de acesso à água potável, falta de sistema funcional de gestão de resíduos, falta de tratamento de esgoto e falta de sistema de drenagem da água da chuva, falta de energia constante nas comunidades. Todas as soluções para estes problemas são individualizadas e muitas vezes improvisadas. Também há grande dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho, renda e estudos, levando jovens a migrarem para a cidade. No levantamento de todos esses temas, o conceito de Justiça Climática foi pauta. As juventudes da Reserva do Tupé, em Manaus, são vulnerabilizadas no enfrentamento de mudanças climáticas, apesar de possuírem um modo de vida com baixíssimo impacto ambiental. Para o evento acontecer foi necessário sobrepor desafios de infraestrutura e acessibilidade, incluindo transporte fluvial, conectividade digital (internet e sinal de celular). Ali a juventude denunciou as secas históricas de 2023 e 2024, que comprometeram saúde, mobilidade e segurança alimentar, sem respostas adequadas de adaptação. A juventude se engajou muito em compreender o que é a COP e principalmente as NDCs e como elas mostram que existe sim um caminho para frear as mudanças climáticas. Ação para o Empoderamento Climático foi um dos temas que mais brilhou os olhos: a Rede Sauim apresentou todo seu histórico como rede de lideranças jovens do território.

No **Tapajós (PA)**, a construção da conferência foi atravessada por enormes dificuldades de deslocamento das juventudes e lideranças de povos e comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas – agravadas pela logística amazônica e pela desigualdade territorial. Ainda assim, mais de 230 jovens se reuniram na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém. Foi a reafirmação de que, mesmo diante das barreiras de transporte, da ausência de políticas públicas e da distância que separa comunidades, a juventude amazônida é capaz de se articular e ocupar espaços decisivos. Participaram jovens da periferia urbana de Santarém, da comunidade acadêmica, além de lideranças veteranas das lutas históricas do Baixo Tapajós, em diálogo com comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, da Floresta Nacional do Tapajós, do PAE Lago Grande, da Terra Indígena Maró, do Planalto Santareno e dos quilombos do Baixo Amazonas. Essa construção só foi possível pela aliança entre organizações da sociedade civil e comunidades locais, que garantiram estrutura e articulação. Nos debates, as juventudes comunicaram as demandas mais urgentes de seus territórios, pedindo respostas de tomadores de decisão em todos os níveis — municipal, estadual, nacional e global. Mostrou que, em meio às adversidades, resistir e se organizar é também formar novas lideranças, fortalecer a memória das lutas e projetar o protagonismo indígena, ribeirinho, caboclo, quilombola e periférico como pilares de uma transição justa para a Amazônia e para o mundo.

Em **Belém**, a juventude reafirmou que a Amazônia não é “natureza intocada”, mas a maior agrofloresta do mundo, um monumento tecnológico e marco civilizatório construído pelo manejo ancestral. Relembrou que as civilizações originárias e africanas já possuíam modelos de cidades integradas às florestas, capazes de garantir equilíbrio climático. Por isso, recusam as narrativas que reduzem a Amazônia a recurso ou mercadoria: ela é território vivo, fruto de conhecimento acumulado de milhares de anos e da relação entre povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, humanos e não humanos. Com coragem e esperança, os jovens se inspiraram nas vivências de seus territórios e nos conhecimentos ancestrais para afirmar outro sistema de vida, válido e legítimo, fundado no **bem viver**. Reconheceram que a juventude amazônida carrega o trunfo de transitar entre



comunidades, academia e instituições, sendo ponte essencial para o diálogo e para a incidência política dentro e fora dos territórios. Reivindicaram também o reconhecimento dos catadores, extrativistas e trabalhadores do manejo natural — urbanos e rurais — como doutores honoris causa em seus saberes e práticas. Denunciaram o epistemicídio causado pela apropriação distorcida do conceito de bioeconomia e pelas narrativas externas que vendem memórias bioculturais, reduzindo a floresta a laboratório ou vitrine de mercado. Rejeitaram o protagonismo de instituições e pesquisas que tratam os territórios como objeto de estudo e não como produtores legítimos de ciência. A juventude de Belém deixou claro que sua relação com o meio ambiente vai além da lógica estreita do “crescimento” ou mesmo da Agenda 2030: trata-se de um envolvimento em prol do bem viver, que respeita a sociobiodiversidade, protege as condições de vida e reconhece a liderança das juventudes e povos amazônidas como fundamentais para o futuro do Brasil e do planeta.

Em **Fortaleza**, as juventudes afirmaram que a crise climática não é apenas ambiental, mas sobretudo uma questão de **justiça social**. As desigualdades históricas e estruturais tornam os territórios periféricos, negros, camponeses e os povos e comunidades tradicionais os mais atingidos pelos impactos ambientais. Nos bairros do Canindezinho e do Bom Jardim, a realidade já é de enchentes, crateras, alagamentos e ondas de calor, diante de um Estado despreparado para proteger os mais vulneráveis. As juventudes denunciaram como a fragilidade da agricultura familiar empurra o êxodo rural e força jovens a migrar para a capital em busca de trabalho precário, muitas vezes submetidos à uberização. Criticaram a política urbana que privilegia asfaltamento e especulação imobiliária, enquanto negligencia soluções criativas e sustentáveis de adaptação, como cidades-esponja, arborização de vias e espaços de convivência ecológica. Nas escolas, relataram salas de aula insuportavelmente quentes, ausência de conteúdos críticos sobre mudanças climáticas e racismo ambiental, e falta de estrutura física e pedagógica para lidar com os desafios da região. Também denunciaram a ausência de mapeamento adequado de povos e comunidades tradicionais, o que gera invisibilidade e desproteção diante dos impactos ambientais. A LCOY Fortaleza deixou claro: enfrentar a crise climática exige enfrentar as desigualdades sociais e urbanas, fortalecer a agricultura familiar, transformar a política urbana e incluir a justiça climática nos currículos e nas decisões públicas. A juventude cearense mostrou que, apesar das adversidades, segue denunciando, propondo e construindo caminhos para cidades e territórios mais justos, resilientes e sustentáveis.

No **Rio de Janeiro**, as juventudes vieram da Zona Norte, da Zona Oeste, da Baixada Fluminense, do litoral, dos quilombos fluminenses, do campo e das universidades. Mais de 200 jovens se reuniram em Guadalupe para denunciar um cotidiano marcado por enchentes, lixo acumulado, esgoto a céu aberto e calor extremo. Seus diálogos mostraram que a crise climática já tem cor e território: os corpos negros e periféricos são os primeiros a sofrer. Denunciaram os contrastes de uma cidade partida, que o mundo enxerga através dos cartões-postais do Pão de Açúcar e do Corcovado, enquanto a realidade de quem cresce nas favelas e periferias é marcada pelo racismo ambiental. A crise climática já não é previsão futura, mas a realidade cotidiana nas favelas cariocas. Carregando consigo histórias de dor e resistência, reafirmam que justiça climática é também justiça social, e que a cidade só será maravilhosa se for justa para todos. A resistência brota nas hortas comunitárias que enfrentam a fome, nas rodas de conversa que convertem indignação em organização, na cultura popular que educa, denuncia e mobiliza, e no mar, que apesar de ameaçado pela especulação e poluição, segue sendo fonte de vida, identidade e cuidado.



As juventudes do Rio de Janeiro reafirmaram que a cidade não pode ser apenas postal para turistas ou palco de megaeventos: precisa ser território de vida digna para quem a constrói todos os dias. A cidade só será maravilhosa se for justa para todos. As juventudes cariocas pulsam no presente. O futuro já começou, e será construído com justiça - ou não será.

Em **Belo Horizonte** e na Região Metropolitana, as juventudes periféricas, negras e quilombolas denunciaram como a expansão da mineração, a vulnerabilidade hídrica e a desigualdade no acesso a áreas verdes intensificam a crise climática. Apontaram ainda o descontrole populacional de animais abandonados e a ausência de corredores ecológicos capazes de garantir equilíbrio entre fauna, flora e cidade. Apesar da existência de espaços institucionais como o Comitê de Mudanças Climáticas e instâncias participativas, a atuação jovem segue limitada diante da força das agendas destrutivas. Ainda assim, cresce a mobilização em defesa de alternativas sustentáveis, como a agroecologia, que se fortalece nas periferias como resposta concreta ao modelo de exploração mineral e urbana que agrava a vulnerabilidade socioambiental da região.

Esses relatos revelam que cada LCOY local foi não apenas uma conferência, mas um retrato vivo da crise e da resistência: a luta contra as secas na Amazônia, as enchentes nas periferias urbanas, a especulação imobiliária, a mineração, a invisibilidade de povos tradicionais e o epistemicídio de saberes. Realizar cada encontro foi, ao mesmo tempo, um ato político e pedagógico, um espaço de denúncia e construção, onde a juventude brasileira mostrou que, mesmo diante de imensas adversidades, segue erguendo pontes entre territórios e futuros.

Dimensão Declaratória

No Brasil, um país de dimensões continentais, os impactos da emergência climática necessitam de uma leitura que considere a extensão de sua diversidade ecológica, cultural e socioeconômica. Formado por seis biomas continentais principais, que são a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Pampa, considerando ainda o semiárido e os manguezais. Todos são afetados de maneiras distintas, porém todos vulnerabilizados, em face da emergência climática. Essa formação plural caracteriza diferentes identificadores para os efeitos da emergência climática, partindo de secas à inundações, de processos de deslizamentos, assoreamento à desertificação.

A sociobiodiversidade brasileira origina inúmeras juventudes advindas de realidades vinculadas aos seus territórios urbanos e rurais. Os esforços empreendidos na execução das LCOYs regionais no Brasil representam o empoderamento de cosmovisões plurais e o esforço conjunto para dar voz às demandas e propostas da juventude brasileira.

O Brasil pertence ao eixo do Sul Global, inserido na América Latina. Desse modo, sua história é atravessada por um processo de colonização exploratória, marcado pelo massacre de suas populações originárias, escravização de povos da África e o assentamento de interesses internacionais a explorar suas riquezas sem deixar-lhe uma contrapartida. Esses processos estruturais deixaram suas marcas, e evoluem através do capitalismo liberal que instrumentaliza a exploração de seus recursos e busca condenar o Brasil a uma posição subalterna através de distintos instrumentos contemporâneos de colonização. Somos um povo sem pernas que caminha.



No enfrentamento à emergência climática, com coragem e esperança, as juventudes se inspiram nas vivências dos seus territórios e conhecimentos ancestrais para construir um mundo melhor, onde possa estar em harmonia com a natureza e ter acesso ao bem viver, em protesto aos interesses neocoloniais que insistem em se sobrepor aos diversos territórios específicos.

O Brasil se faz de povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais e comunidades humanas e não humanas, e, portanto, deve priorizar o equilíbrio de sua sociobiodiversidade e as condições que lhes permitem vida.

A Amazônia não é uma natureza intocada, mas sim a maior agrofloresta do mundo, um monumento tecnológico e marco civilizatório construído pelo manejo milenar ancestral. Suas civilizações ancestrais (originárias e africanas) já possuíam modelos de cidades integradas a grandes florestas, o que garantia o equilíbrio climático.

Ao reconhecer o Brasil como ator essencial para as negociações climáticas internacionais, as juventudes brasileiras compreendem a importância do Marco da Agenda 2030, mas se relacionam com o ambiente para além da lógica do crescimento, partindo do envolvimento em prol do bem viver.

As juventudes brasileiras têm o trunfo de transitar entre campos comunitários, institucionais, acadêmicos e geracionais, atuando como uma ponte essencial para o diálogo e a incidência política dentro e fora dos territórios.

No Brasil, faz-se necessária a mudança da mentalidade e da autoestima das suas juventudes, fundamental para garantir o seu protagonismo em espaços de poder e decisão. As suas juventudes reclamam a autoridade do seu protagonismo para determinar o presente e o futuro de seus territórios.

Reconhecemos que não somos apenas resistentes ao sistema dominante, mas operamos a partir de outro sistema, válido e legítimo, enraizado em nossas cosmovisões e práticas comunitárias. É nele que afirmamos a importância da liderança juvenil e do esforço coletivo para alcançar o bem viver. Contudo, também reconhecemos que persiste uma barreira profunda no diálogo entre as instituições governamentais e os territórios, uma distância que precisa ser superada para que a voz das comunidades seja efetivamente ouvida e respeitada.

No campo do trabalho e da economia, alertamos que a aplicação indiscriminada do conceito de “bioeconomia” carrega riscos sérios: pode se converter em instrumento de venda das memórias bioculturais e de epistemicídio dos conhecimentos ancestrais. Em contrapartida, afirmamos o valor inestimável dos catadores, extrativistas e demais trabalhadores do manejo natural – urbanos e rurais – como verdadeiros doutores honoris causa de seus territórios, detentores de um saber prático que sustenta a vida e a regeneração. Também reconhecemos que as cidades amazônicas, em sua arquitetura e engenharia urbana, foram moldadas por padrões exógenos e predatórios, que ignoraram a geografia e a sociobiodiversidade da região, tornando-as ainda mais vulneráveis à emergência climática.



Ao mesmo tempo, denunciaremos os discursos e narrativas que se apropriam de maneira distorcida das intelectualidades e conhecimentos produzidos na Amazônia, perpetuando epistemicídios contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Denunciaremos também o protagonismo de instituições e pesquisas externas que tratam os territórios apenas como objetos de estudo, sem reconhecê-los como produtores legítimos de ciência. Reivindicamos que essa lógica seja rompida, e que os povos da floresta e das periferias urbanas sejam reconhecidos como protagonistas na construção de conhecimento, ciência e soluções para o futuro planetário.

4. Os temas da LCOY 2025

Escolhemos três temas centrais para a LCOY Brasil, alinhados aos mesmos da COP30, para garantir um diálogo direto entre juventude brasileira e negociações globais, trazendo nossa perspectiva sobre cada um deles.

Ação Para Empoderamento Climático

A **Ação para o Empoderamento Climático**, do inglês *Action for Climate Empowerment*, de onde surge a sigla **ACE**, muito usada para se referir ao tema. Resumidamente, se refere a ações que promovam a participação social na luta contra as mudanças climáticas e tem como base o Artigo 6 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e o Artigo 12 do Acordo de Paris.

O empoderamento climático não é apenas acesso à informação: é a capacidade de transformar as crises em pertencimento, consciência e ação coletiva. Para nós jovens este conceito deve envolver a valorização dos saberes populares, práticas culturais, e a formação ambiental e política. De forma essencial, deve acontecer por meio de formações para a transformação individual e coletiva.

Empoderar deve ser entendido como uma forma de emancipação, permitindo que o jovem se veja como parte do problema e da solução. Significa reconhecer que a emergência climática não atinge a todos de forma igual, e que o racismo ambiental expõe povos indígenas, afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, catadores, juventudes periféricas e rurais e comunidades tradicionais a riscos muito maiores.

Educação política e incidência legislativa

Reconhecemos que há uma grande divergência entre o discurso governamental sobre política climática e a realidade do ensino ambiental nas escolas públicas, que sofrem com sucateamento e pressão sobre os professores. É imprescindível priorizar a formação política e criação de consciência política nas escolas para incentivar a participação social e diminuir o sentimento de impotência diante da crise planetária e a ansiedade climática. Onde já existem conselhos e centros de juventude, **conectá-los à agenda climática** é urgente: a participação deve significar **incidência real** na formulação, execução e **fiscalização** de políticas, ampliando ações políticas dos jovens para cobrar, propor e participar.



Dessa forma, garante-se que o empoderamento climático seja plural, inclusivo e contextualizado em cada localidade, permitindo a participação social por meio da educação e conscientização. Abrindo possibilidades de compreensão da juventude sobre formas de participação política e democratização de instrumentos de incidência em processos legislativos e na compreensão da eficácia de políticas públicas. Compartilhamento de capacidades para realizar cobranças junto ao poder público a partir de legislações de cunho social, ambiental e climático vigentes. Organização social e política para a inclusão de demandas da juventude na elaboração de políticas públicas.

A luta contra as mudanças climáticas é uma responsabilidade compartilhada. **Governos, sociedade civil e setor privado necessitam e devem trabalhar juntos.** As pautas setoriais da economia jamais devem se sobrepor ao bem-estar coletivo.

Reclamamos a autoridade do nosso protagonismo, como juventude, para determinar o nosso presente e o de nossos territórios. Empoderar significa **garantir voz, assentos políticos regionais permanentes, recursos, proteção e meios concretos** para que crianças, adolescentes e jovens também sejam protagonistas em espaços de tomada de decisão — **dentro e fora das escolas e universidades**, nas comunidades e nas instituições. Esse protagonismo deve ser sustentado por **cooperação interseccional e interdisciplinar** entre comunidades, movimentos sociais, universidades e governos, para que nenhuma realidade fique de fora.

Reafirmamos ainda a necessidade de cobrar uma participação mais ativa de órgãos a **Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público** que são essenciais na luta pela justiça ambiental e climática no Brasil, já que tem como papel principal a proteção de comunidades, territórios e do meio ambiente, atuando como defensores dos direitos coletivos e, garantindo assim, as ações e os projetos possam e consigam se desenvolver de forma segura e eficaz. E essa luta também se estende à **resistência** contra as **privatizações** dos serviços públicos que garantem direitos fundamentais, como a moradia e a saúde, e que são essenciais para a resiliência das comunidades.

A **mobilização territorial local** é a principal base para o empoderamento das nossas comunidades e tem como objetivo fomentar a formação de novas **lideranças locais** e fortalecer a coalizão regional, **coletivos e as associações**. Garantindo assim que a nossa atuação em espaços de poder, como **universidades e instituições de tomada de decisão**, não só tenham um **retorno efetivo** para as comunidades, mas que as vozes mais afetadas sejam ouvidas.

É de extrema importância criar uma **estratégia de articulação** que una movimentos sociais, instituições e levantes populares em uma causa comum: a **busca por financiamentos coletivos, vaquinhas locais e online, financiamentos através da web3 e captação de recursos públicos e privados**. Essa articulação visa não só a arrecadação de forma direta, mas também o **tensionamento dos órgãos institucionais** que são os que mais detêm fundos. O objetivo é pressionar para que disponibilizem recursos (para ferramentas, projetos, infraestrutura, etc.) aos coletivos socioambientais que, no final das contas, são os que acabam lutando de fato.



Educação climática, territorial e vivencial

Empoderamento climático também significa superar padrões educacionais que fazem manutenção de uma monocultura de pensamento, que contribui com apagamentos históricos e faz avançar epistemicídios. O olhar e valores humanos ainda são predominantemente antropocêntricos e não ecocêntricos, ignorando a interdependência e o direito intrínseco de existir sem ser explorado não só dos humanos, mas também dos animais não humanos e meio ambiente, sob o conceito de uma só saúde. Nesse eixo, é fundamental orientar protocolos de convivência com fauna silvestre e doméstica, indicando quais órgãos públicos devem ser acionados para resgate e atendimento.

Não aceitaremos currículos que ignorem e desvalidam saberes locais e ancestrais. **Faz-se necessária a adoção de currículos transversais obrigatórios** contextualizados ao **bioma e território** com vivências de campo para aprender com linguagem acessível sobre fauna e flora da região, sobre espécies já extintas e ameaçadas de extinção, para observar e compreender na prática as complexas relações ecológicas entre seres vivos e seu habitat, a interdependência do solo com microrganismos, com plantas e animais. Do mesmo modo, **eventos e intervenções comunitárias** devem ser reconhecidos como parte legítima da formação de jovens e crianças. O legado pluricultural do Brasil é sua maior riqueza, está na hora de termos uma reforma educacional que dissemine esta riqueza com maior equidade a todo Brasil.

Reconhecemos a crítica à tendência de valorizar teóricos e modelos educacionais externos em detrimento de pensadores e saberes locais, e exaltamos práticas que combatam isso, como a educação referenciada a partir de vivências afro-pindorâmicas, que possuem uma cosmovisão mais holística e adequada às realidades dos territórios dos biomas brasileiros a combater apagamentos históricos e epistemicídios sistêmicos originados de uma visão colonial e uma acerca dos territórios.

Reconhecemos que a base curricular das escolas públicas no Brasil não inclui temas relativos à educação climática e não se encontram integradas à realidade dos seus biomas de maneira abrangente. Reconhecemos que as escolas possuem papel de potencializadoras de ações climáticas em suas comunidades.

Educação artística e ancestral

Reconhecemos a **cultura e os saberes populares como pedagogias climáticas**: o funk, o boi bumbá, o samba, o grafite, a literatura periférica, o Sankofa, as cosmovisões afro-pindorâmicas e indígenas, os conhecimentos ribeirinhos, caiçaras e quilombolas.

A arte, a memória e a ancestralidade não são adereços, mas caminhos de transformação e expressão política. É por meio delas que a juventude encontra força para agir, criar e mobilizar.



Educação científica e tecnológica

A prática científica e tecnológica deve caminhar com **ética, equidade e diversidade**, reconhecendo que **existem diversas ciências e saberes** que aglutinam a sabedoria e soberania popular. O espírito da união, colaboração e conhecimento livre encontra nas **Tecnologias Livres** (software livre, hardware aberto, ciência aberta, educação aberta) uma pedagogia transcultural que integra **saberes glocais (globais e locais), ancestrais e modernos** para colocar a tecnologia a serviço da vida, sociedades e da regeneração.

Professores, lideranças comunitárias e agentes culturais devem receber formação contínua em justiça climática, para que o ensino seja um processo vivo, ecocêntrico e emancipador. Conectando escolas, universidades, centros de pesquisa e comunidade como pólos de transformação e fortalecendo ações participativas na criação de soluções baseadas em inteligência coletiva e orientar decisões políticas regionais apontando direções para alocação de recursos para que cheguem a quem mais entende o contexto e o que mais precisa.

A extensão universitária deve traduzir ciência e negociações internacionais (como as COPs) em práticas pedagógicas para escolas e territórios, diferenciando metodologias entre áreas metropolitanas e rurais. Isso inclui enfrentar a baixa reciclagem doméstica e a comunicação ainda inacessível às periferias, criando rotas de descarte claras, fortalecendo cooperativas de catadores a produzir produtos finais com equipamentos de reciclagem open source (Precious Plastic) e produzir campanhas em linguagem popular.

Nesse processo, torna-se igualmente essencial fortalecer a educação alimentar para garantir a segurança alimentar à base de plantas, considerando a diversidade dos biomas brasileiros e seus potenciais de cultivo. É necessário mapear e implementar mais projetos de bancos de sementes, reduzir a dependência de consumo de ultraprocessados, incentivar a troca de técnicas entre territórios e expandir práticas de agricultura urbana vertical, hortas comunitárias, agricultura familiar, agroecologia, agricultura sintrópica e reflorestamento de espécies nativas. Essas ações, além de promoverem soberania alimentar, ampliam a resiliência socioecológica e fortalecem a capacidade das comunidades de responder de forma autônoma e regenerativa aos desafios climáticos e sociais.

Comunicação e Articulação de Redes

A comunicação de ciência climática precisa ser clara, inclusiva e acessível, rompendo com o jargão técnico e a abstração que afastam as maiorias. É urgente traduzir a linguagem internacional para as realidades locais, simplificando acrônimos e eliminando tecnicismos que afastam a maioria, para que nenhuma comunidade fique à margem do debate global. Fortalecer a comunicação popular e formação midiática juvenil para combater a desinformação e o negacionismo, criar redes inter-regionais de coletivos e promover encontros de articulação entre juventudes, culturas e diferentes setores da sociedade.

Nessa era digital que estamos vivendo hoje, as mídias sociais precisam disputar narrativas políticas e o **combate à desinformação**, informando de forma clara, estratégica e inclusiva sobre as mudanças climáticas e as realidades afetadas. Essa disputa não se limita a



espaços institucionais, mas também visa desconstruir a ideologia colonial dominante que ainda perpetua as desigualdades.

O acesso a **informações livres (open access)** e desvinculadas de interesses econômicos é fundamental para a democracia e para uma ação climática eficaz. Precisamos garantir que os dados sobre o clima e o meio ambiente sejam de domínio público, permitindo que a sociedade os utilize em sua totalidade. Esses espaços, onde a voz da população deve ser ouvida, dependem de informações transparentes para tomar decisões justas e assertivas.

Para levar a discussão da COP30 (Conferência das Partes) e a importância da crise climática para as futuras gerações, precisamos ir além das convenções e entrar nas escolas. Desenvolver metodologias de extensão universitária que adaptem o conhecimento técnico para a realidade dos estudantes, tanto em regiões metropolitanas quanto em áreas rurais. A abordagem deve ser diferente, respeitando o contexto de cada comunidade. Porque **ao desmistificar a linguagem e levar o conhecimento para a base, estamos capacitando a próxima geração para ser a protagonista da mudança que o nosso planeta precisa.**

Materialização de infraestrutura .

O empoderamento passa também por dar condição para que a juventude seja protagonista no processo de identificar lacunas de infraestrutura em sua região e promover a articulação de recursos de múltiplos agentes (transgeracional) no território para promover a implementação destas infraestruturas, tais como saneamento básico, geração de energia limpa, soberania alimentar, acesso à educação, entre outras demandas. Sem necessidades básicas supridas, torna-se praticamente inviável prosseguir com a pauta de empoderamento.

Nesse sentido, a exemplo de projetos desenvolvidos nos territórios de todas as LCOYs e metodologias de regeneração popular como a da Eco Indústria Modular, cada coalizão regional torna-se **nó de uma rede nacional** capaz de **aprender com o comum digital**, com a ciência planetária mais recente no mundo e com bibliotecas de soluções online. Assim, é possível **entregar conteúdos e soluções locais acessíveis** para que nenhum território fique sem acesso a conhecimentos sobre infraestrutura de mitigação, adaptação e regeneração territorial. Entendemos que esse processo pode ser fomentado pela disseminação e fortalecimento de fablabs, makerspaces, universidades e centros de pesquisa, de modo serem espaços de usufruto social para prototipar soluções escaláveis que possam ser promovidas através do diálogo integrativo entre sociedade civil, primeiro, segundo e terceiro setor.

O empoderamento climático, portanto, também exige **alfabetização tecnológica**, permitindo que os jovens não apenas compreendam a crise, mas também dominem ferramentas de transformação. Para isso, propomos a criação de uma plataforma online com biblioteca de soluções, incorporando o espírito das **tecnologias livres** — software livre, hardware aberto, ciência cidadã e educação aberta — para garantir que o conhecimento circule sem cercas como prática **cosmolocal** (bens digitais globais + fabricação local). Trata-se de projetar globalmente e fabricar localmente, com documentação livre, hardware aberto e software livre. Com financiamento descentralizado,



cada escola, comunidade ribeirinha, quilombo, favela ou aldeia pode ser também um **laboratório vivo e mini-fabriqueta**, capaz de desenvolver soluções para energia, água, saneamento e alimentação no território para o bem comum do território.

Ao mesmo tempo, identificamos a necessidade de ampliar a infraestrutura de empoderamento em todas as regiões do Brasil, incluindo hortas comunitárias, agricultura urbana, agroecologia, permacultura, telhados verdes, plantios coletivos, projetos de micro e mini geração renovável distribuída, sistemas de captação de chuva, bicicletários, re-planejamentos urbanos com soluções de cidades esponjas e mais sombreamento e arborização e estações de monitoramento ambiental, da qualidade do ar e da água para serviços locais de alerta de enchentes, secas, tempestades, de qualidade do ar e da água.

Problemáticas:

- Ausência de educação climática crítica.
- Falta de espaços de formação e participação juvenil.
- Comunicação inacessível às juventudes das periferias.
- Falta de conhecimento sobre justiça climática
- Falta de fomento de pequenas atitudes/práticas
- Baixa reciclagem doméstica
- Disseminação de fake news
- Negacionismo climático e científico
- Desconhecimento de como lidar e a quais órgãos públicos recorrer diante de situações envolvendo animais silvestres e domésticos, até por muitas vezes não haver esses lugares
- Falta de participação popular na criação, execução e fiscalização das leis e políticas públicas
- Jovens relataram desconhecimento sobre seus direitos climáticos, mas demonstraram disposição para engajamento quando acolhidos em espaços acessíveis e representativos.

Transição Justa

Críticas ao modelo atual e problemas identificados

O Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 2016, é um mecanismo internacional criado para guiar a implementação de políticas climáticas nacionais. Os países signatários do Acordo precisam superar o sistema hegemônico de esgotamento, de forma a eliminar as desigualdades e diminuir a carga de trabalho, incentivando políticas energéticas descentralizadas, comunitárias e baseadas em fontes renováveis. Seu preâmbulo já considerava os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade a partir da superação da utilização dos combustíveis fósseis. Afinal, precisamos abandoná-los, mas somos muito dependentes deles - principalmente os trabalhadores do setor energético. Mas hoje a discussão vai para muito além da dimensão do trabalho, alcançando os direitos de comunidades tradicionais e grupos vulneráveis.



O Plano de Trabalho para Transição Justa e as Oportunidades para a Juventude

No cenário energético global, a COP 27 que aconteceu no Egito, marcou a primeira vez que o carvão foi reconhecido como um ponto central no debate de transição, caracterizado como uma matriz energética exponencialmente mais poluente que outras formas de geração de energia. Na ocasião, foi apresentado o Programa de Trabalho para a Transição Justa (JTWP, na sigla em inglês) como uma iniciativa para garantir que a ação climática seja justa, inclusiva e equitativa.

O objetivo do JTWP é orientar os países no desenvolvimento de "caminhos de transição justa" que apoiem trabalhadores, comunidades e as populações mais afetadas à medida que as economias se deslocam para futuros de baixo carbono. Para atender às comunidades vulneráveis, o programa deve ser centrado nas pessoas e adotar uma abordagem de base (*bottom-up*), envolvendo a participação ampla e significativa de todas as partes interessadas, especialmente de grupos marginalizados como jovens, mulheres, Povos Indígenas, comunidades afrodescendentes e tradicionais, e pessoas com deficiência.

No que diz respeito à juventude, é crucial que os jovens sejam vistos como agentes de mudança e que sua participação seja garantida, por exemplo, através de conselhos de juventude no desenvolvimento das políticas climáticas nacionais. A transição justa deve também investir em programas de educação, treinamento e requalificação para preparar diversos grupos, incluindo os jovens, para as novas demandas de uma economia sustentável. Por fim, o JTWP precisa assegurar que os direitos das crianças e dos jovens sejam integrados em todos os seus processos, reconhecendo suas vulnerabilidades únicas e garantindo que os caminhos da transição atendam às suas necessidades específicas.

A exploração de fontes de energia fósseis no Brasil

Candiota discute uma nova zona de processamento e exploração de carvão mineral para produção e comercialização de bens para além das cadeias produtivas tradicionais: leite, fertilizante, cimento, carne e grãos. Essas atividades tradicionais, principalmente pecuária e agricultura, já sofrem com o desmatamento da Pampa e com a perda de fertilidade do solo. Estudos sobre a pressurização do carvão e a geração de fertilizantes e outros produtos manufaturados de seus rejeitos vêm sendo realizados, visando a independência da pura extração e queima de carvão mineral, mas a ideia de usar o carvão para essa produção, embora inovadora, traz consigo um dilema ético e ambiental: Essa abordagem poderia prolongar a dependência do carvão e a atividade extrativista na região, em vez de acelerar o processo de transição para uma economia verdadeiramente renovável.

Diante da emergência climática e da crescente adoção do discurso da transição, é necessário questionar os caminhos que vêm sendo tomados. Reconhece-se que os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento encontram-se em diferentes patamares de capacidade, orientadas pelo princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas e Referidas Capacidades sobre seus compromissos climáticos. Desse modo, enquanto a maioria dos países desenvolvidos necessita de uma reformulação de suas matrizes energéticas (muitas vezes dependentes de combustíveis fósseis) para reduzir suas emissões, o Brasil possui uma **matriz energética comparativamente mais limpa**.



O sistema capitalista é organizado de tal forma que a elite global - detentora dos meios de produção - possui mais facilidade de modificar a produção, que em última instância gera as emissões. Essa relação dita também quais são os trabalhos que serão reconhecidos como de qualidade, trabalhos “inúteis” muitas vezes geram os maiores salários. Bens de luxo, com alto impacto ambiental, são mais valorizados do que o acesso à água potável, moradia digna ou saúde e isso reforça a necessidade de uma transição justa que redefina o que é valor e quem se beneficia dele.

A automação é um fator agravante e a maximização do lucro leva à substituição de trabalhadores por máquinas, limitando ainda mais os empregos. Por isso, a transição justa precisa ir além de simplesmente trocar uma fonte de energia por outra. Ela exige a garantia de uma qualidade de vida para todos e, é por isso que debates como o da redução da escala de trabalho e a luta por garantias de qualidade de vida devem estar atrelados às políticas públicas ambientais.

Não é só no âmbito industrial, energético ou tecnológico que essa dinâmica é percebida, o agronegócio, setor fortemente interligado ao colonialismo histórico, atua como grande explorador da natureza. A prática da monocultura (travessão) exportadora, com cadeia produtiva extremamente poluente, não condiz com os objetivos de uma transição energética. Assim como os trabalhadores do setor industrial, os trabalhadores do campo – como agricultores familiares, assentados e povos tradicionais – são atores essenciais para a transição, pois são eles que têm o conhecimento e a capacidade de construir um modelo de produção de alimentos que seja sustentável e justo.

As desigualdades históricas e estruturais tornam os territórios periféricos, negros, camponeses e dos povos e comunidades tradicionais os principais atingidos pelos impactos ambientais.

Abaixo, apresentamos nossas críticas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Das críticas ao Mercado de Carbono

Uma das principais ações do Brasil para atingir suas metas climáticas é proteger as suas florestas de pé. Fazendo isso, não só reduz drasticamente as emissões, mas também obtém outros benefícios como a proteção da biodiversidade, a segurança hídrica e a manutenção da qualidade de vida dos seus povos e territórios. No entanto, o compartilhamento dos benefícios de suas ações de mitigação sob o Artigo 6 do Acordo de Paris originou uma política de mercado de carbono predatório. Essa é uma consequência negativa severa da incorporação desse instrumento como uma prática de colonialismo climático. O mercado de carbono, embora central nas políticas climáticas e naturalizado como mecanismo de financiamento ambiental, representa um novo estágio de comodificação na história do capitalismo, transformando elementos não mercantis como o ar e os serviços ambientais em ativos financeiros negociáveis, como defendido pela Profa. Camila Moreno. A crítica central é que essa abordagem é uma falsa solução que serve ao capital financeiro, aprofunda a dependência e a lógica neoliberal, e impõe restrições e assédio às populações e territórios, especialmente na Amazônia, em vez de promover políticas públicas estruturantes e emancipadoras. O mercado de carbono está



intrinsecamente ligado à financeirização e digitalização acelerada da economia, sendo a espinha dorsal da chamada "transição verde" global.

Dessa forma, **o Mercado de Carbono não é a solução para os territórios**, pois transforma a natureza e as pessoas em mercadorias, esvaziando seus valores culturais e epistemes, bem como os torna mais vulneráveis. As políticas desse mercado impõem barreiras burocráticas que dificultam o acesso das comunidades que preservam seus territórios a essas fontes de recursos. Além disso, o modelo assedia as comunidades e territórios impactados pelos projetos de venda de créditos de carbono, explorando suas vulnerabilidades socioeconômicas. A ausência de regulação e fiscalização por parte do Estado contribui para uma postura predatória das empresas, que adotam práticas contrárias aos interesses dos territórios. Esse modelo em curso também impulsiona conflitos locais, ao oferecer direitos básicos como contrapartida, aproveitando-se da lacuna da presença estatal.

Da justiça climática e transição energética

A juventude questiona ainda a própria relação entre justiça climática e transição energética. Embora ambas sejam pautas urgentes, muitas vezes não dialogam. A expansão de fontes renováveis, quando conduzida sem participação social, também gera impactos negativos, como no caso dos grandes empreendimentos energéticos e dos *data centers* que consomem água em regiões já marcadas pela escassez.

Faz-se necessário também pensar e discutir sobre como a transição justa pode ser distorcida, dessa forma continuando a perpetuar dinâmicas coloniais. Um exemplo disso é a relação desigual na transição energética, onde países como o Brasil, ricos em recursos naturais, se tornam plataformas de *power-shoring*. Isso significa que a energia renovável abundante no nosso território é usada para alimentar grandes complexos de servidores, mineração de criptomoedas e outras operações de alta demanda energética. O problema é que essa energia "verde" é, na prática, exportada.

O processamento de dados e os serviços de inteligência artificial operados no Brasil são vendidos para o Norte Global com um "selo verde", enquanto o país arca com os custos ambientais e sociais ao passo que os países proprietários desses *data centers* continuam concentrando ainda mais benefícios onde, historicamente, já possuem mais poder e riqueza a partir da dinâmica colonial.

Além disso, esses empreendimentos trazem consequências negativas para as comunidades locais. Destaca-se o consumo massivo de água e energia por esses complexos que pode comprometer o abastecimento, gerando não só escassez desses recursos, mas o aumento dos preços; a instalação de grandes projetos de energia renovável ou de centros de dados leva à apropriação de terras, desalojando comunidades e afetando a segurança alimentar desses locais e o mais importante, a população local não recebe um retorno substancial na forma de melhoria da qualidade de vida, acesso a empregos dignos ou desenvolvimento econômico sustentável.



As formas de atingir essas garantias são fisicamente impossíveis de serem replicadas pelos países em desenvolvimento sem que isso acarrete uma catástrofe climática sem precedentes. Portanto, aportes financeiros vindos de todos os setores sociais, principalmente das grandes companhias de petróleo e “estados fósseis”, são essenciais para realizar as mudanças econômicas, políticas e de infraestrutura necessárias visando menos emissões e enfrentamento das piores faces da crise climática. Faz-se necessária a devida responsabilização dos principais atores responsáveis pelas emissões e das particularidades mais sensíveis dos biomas brasileiros, em escala doméstica e internacional.

Do paradoxo dos minerais críticos

Nosso estado e país, como outros da América Latina, possuem muitas reservas minerais necessárias para a transição energética. A exploração extrativista de nossos territórios tem se mostrado um desafio na manutenção da soberania nacional, em um contínuo roubo da natureza e o desrespeito às comunidades que aqui nessa terra vivem e dependem. A nova colonização veio em busca de materiais para semicondutores e baterias, impondo a manutenção de atividades extrativistas e lógicas insustentáveis de consumo.

A mineração de urânio em Santa Quitéria é outro exemplo de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento da saúde das populações e da proteção ambiental. A Região Metropolitana de Belo Horizonte também convive com violações ambientais e sociais causadas pela mineração. A ameaça à Serra do Curral e os conflitos em comunidades periféricas e tradicionais evidenciam um modelo extrativista.

Neoliberalismo, Desregulação e a Catástrofe Climática no Sul Global

O estado do Rio Grande do Sul foi foco central de uma das maiores catástrofes climáticas dos últimos tempos e foi usado ao longo do ano de 2024 como um triste exemplo de como a desconstrução das políticas de planejamento e a lógica neoliberal fragilizam as cidades do Sul Global. Ao reduzir a capacidade do Estado de se preparar e de mitigar os riscos, essas políticas expõem a população a desastres cada vez mais intensos e frequentes.

O caso da Lei Municipal 5.949/2024 da cidade de Eldorado do Sul, município devastado pelas enchentes de maio de 2024, ilustra perfeitamente como o desmonte não se resume apenas à retirada de leis e fiscalização, mas também à criação de novas regras que favorecem interesses privados. Essa lei amplia o perímetro urbano de forma alarmante para abrigar um complexo de datacenters, com consumo inicial de 54 MW, equivalente à região metropolitana de Porto Alegre, e com o potencial de chegar a 4.750 MW, equivalente ao consumo de todo estado do Rio de Janeiro. Além de simplificar os trâmites burocráticos, criando um ambiente mais propício para a instalação de empreendimentos como esse, mostra que as leis estão sendo feitas não para proteger a população, mas para facilitar a



instalação de projetos que podem sobrecarregar a infraestrutura local e agravar os riscos ambientais

Dos grandes projetos

Os acordos para o estabelecimento desses projetos são negociados entre grandes corporações e o poder público, mas ignorando o interesse da sociedade. A situação se agrava com o desmonte de códigos ambientais e mecanismos de fiscalização, criando um cenário onde as empresas têm mais poder do que os órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente e das comunidades. A falta de consulta à opinião pública, a desconsideração de estudos técnicos e a flexibilização de leis mostram que a lógica do lucro se sobrepõe aos pilares do bem-estar social. Em vez de servirem como ferramentas de proteção, as leis são moldadas para viabilizar empreendimentos que podem ter consequências devastadoras.

Do desmonte sistemático dos órgãos de fiscalização

Um exemplo disso é o caso recente do PL 2.159/2021, conhecido como o PL da Devastação. Mesmo com mobilização intensa da sociedade civil e de especialistas que alertavam para os riscos do projeto, avançou no Congresso. O veto presidencial, embora parcial, não foi suficiente para reverter totalmente os danos em potencial. Isso mostra que a luta pela transição justa é, fundamentalmente, uma luta política. Ela exige a recuperação da capacidade de fiscalização do Estado e a garantia de que as decisões sobre o futuro do nosso país sejam tomadas de forma democrática e transparente, com a participação de todos, especialmente por aqueles que serão mais afetados por essas decisões.

Além do desmonte sistemático da nossa proteção ambiental, órgãos públicos operam no sentido oposto, criando leis antes de qualquer estudo de impacto ou consulta popular. Mas para nós, o tema tem um nome e um lugar: Candiota. Cerca de 90% do carvão do Brasil está no Rio Grande do Sul e a cidade não apenas abriga a maior parte das reservas de carvão do país, mas também tem sua economia e identidade profundamente ligadas a essa matriz energética. Debatermos esse tema a partir da realidade de Candiota é essencial e o fato dela ter um dos maiores PIBs do Rio Grande do Sul é uma evidência da dependência econômica do carvão e não apenas em números, mas de forma a refletir na vida das pessoas.

As pesquisas sobre carvão na região começaram em 1950, hoje, Candiota possui duas termelétricas e ambas têm capacidade de alimentar cerca de 20%³ da energia do Rio Grande do Sul. A defesa da soberania energética é, muitas vezes, sequestrada pelo lobby empresarial e a população sofre com o medo de perder seus empregos e a falta de manutenção das possibilidades de futuro dos jovens. Sendo uma região empobrecida com 2 dos 10 mil habitantes na linha da pobreza, a população muitas vezes tem afeto à indústria

³ RAGUSE, Eduardo. A emergência climática nos coloca diante da tarefa inadiável de colocar o carvão como peça de museu. Entrevista especial. IHU On-Line, Instituto Humanitas Unisinos, 29 mar. 2023.



do carvão, já que essa é a principal forma de alimentar suas famílias e, às vezes, essa é a única opção que a família conhece.

Da soberania alimentar

A migração para a alimentação à base de plantas também precisa acontecer, pelos animais, pelo meio ambiente e por nós. Acrescenta-se a isso o fato de estarmos enfrentando uma sexta extinção em massa, provocada pela ação humana, que contribui para o surgimento de zoonoses e leva ao deslocamento de animais silvestres, desorientados e em sofrimento, que migram para centros urbanos em busca de seus últimos refúgios.

O Rio de Janeiro, por exemplo, é símbolo das contradições energéticas do Brasil: um estado produtor de petróleo e gás, mas onde comunidades vivem à luz de velas ou reféns de apagões. Enquanto multinacionais lucram com a exploração de combustíveis fósseis, populações periféricas enfrentam transformadores estourados, tarifas abusivas e ausência de infraestrutura elétrica.

Quanto à economia verde no Brasil, os empregos atualmente ocupados no país estão dispersos de forma desigual no território brasileiro, com poucos municípios tendo uma alta concentração dessas vagas, o que mostra que muitas populações ainda são excluídas desse processo.

Nossos Princípios para uma Transição Justa

- A. Afirmamos a natureza como sujeito de direito e a valorização da sociobiodiversidade, reconhecendo as cadeias produtivas locais como base para um modelo de desenvolvimento justo, solidário e circular.
- B. A juventude local vê a transição justa como participativa. Buscamos fortalecer o poder de decisão popular com representatividade das juventudes, transformando espaços participativos em espaços deliberativos.
- C. O processo deve estar enraizado na ação coletiva, o que implica em políticas que promovam a inclusão e o bem-estar das populações mais vulneráveis.
- D. A transição energética e econômica deve ser conduzida com soberania popular, respeitando os modos de vida tradicionais e garantindo que os trabalhadores e comunidades afetadas participem ativamente da sua construção. Reafirmamos que a transição energética só será legítima se colocar a vida no centro, respeitar os limites da natureza e garantir protagonismo às comunidades afetadas. Não aceitamos soluções impostas de cima para baixo. Reconhecemos que toda ação humana gera impactos, mas exigimos que os limites sejam estabelecidos em defesa da vida, da saúde e da dignidade.
- E. Buscamos um projeto de futuro ecocêntrico, com empregos verdes, territorialidade, justiça racial, ruptura com lógicas extrativistas e coloniais de desenvolvimento que sacrificam os mesmos corpos e territórios de sempre, respeito e convivência harmônica com animais e meio ambiente.
- F. Acreditamos no princípio do não retrocesso, como a luta contra a instalação de termelétricas.



- G. Denunciamos que a justiça climática se manifesta onde a ausência de infraestrutura, o descaso do poder público e as injustiças sociais se entrelaçam, colocando em risco a vida de comunidades inteiras. Bairros periféricos convivem com alagamentos, crateras abertas pelas chuvas e calor extremo. Comunidades indígenas e rurais, como em Crateús, enfrentam enchentes e perdas territoriais, frequentemente invisibilizadas nos debates nacionais. A omissão do poder público agrava esses impactos e exige políticas reais de proteção e adaptação.
- H. Afirmamos que a justiça na transição exige repensar nossos modos de vida e desconstruir padrões. Valorizar os modos de vida em harmonia com a natureza. Promover uma transformação sociocultural significa abandonar a lógica do lucro acima da vida e recolocar o planeta no centro das decisões.
- I. Reivindicamos o protagonismo da classe trabalhadora na luta contra a crise climática. São os trabalhadores e trabalhadoras que mais sofrem com os desastres ambientais, mas também são quem movimenta os meios de produção. Por isso, têm o poder de moldar a transição e unificar a luta por justiça climática. Sua ação é central para uma transição justa, coletiva e sustentável.
- J. Reconhecemos que, apesar da dizimação e da violência histórica, os povos originários e quilombolas mantêm vivas tecnologias de resistência, sistemas de conhecimento e organização social que promovem o equilíbrio com o meio ambiente. Essas formas de democracia ambiental e comunitária devem ser referência no enfrentamento da crise climática. Buscar e aprender com esses saberes é uma necessidade prática, não apenas um ato de respeito. A transição justa deve incorporar a proteção dos territórios e os direitos desses povos, eles não são vítimas da crise climática e sim guardiões de conhecimentos essenciais para a nossa sobrevivência.

Logo, a transição justa é uma luta pela soberania alimentar, pela distribuição de terras e pelo reconhecimento do poder e do conhecimento de quem vive e trabalha diretamente com a terra. É um caminho para construir um futuro onde a produção de energia ou de alimentos não seja sinônimo de exploração, mas de reconhecimento e respeito aos nossos povos, nossas terras e nossas vidas.

Racismo Ambiental

O Brasil é um país que enfrenta inúmeras desigualdades sociais, de renda, e elas também se refletem no meio ambiente. A população brasileira se destaca pela diversidade, são vários povos indígenas, a maior população negra fora da África, povos ribeirinhos, imigrantes de diversas regiões e por diversos motivos, sendo dividida entre áreas rurais e áreas urbanizadas, espalhada em uma extensão territorial de dimensões continentais. O racismo ambiental se apresenta quando vemos a coincidência de que são justamente os territórios das populações de minorias e vulnerabilizadas que são os territórios com menos acesso a investimentos, principalmente em infraestrutura e mobilidade. O resultado disso é um sistema injusto, e que muitas vezes coloca a vida dessas pessoas em risco, de forma frequente e sistemática.



O termo racismo ambiental, cunhado por Benjamin Chavis em 1982, refere-se à prática sistemática de expor comunidades negras, indígenas e periféricas a riscos ambientais desproporcionais. No Brasil, isso se manifesta em políticas e práticas que permitem a instalação de mineradoras, barragens, indústrias poluentes e aterros sanitários em territórios de populações racializadas e de baixa renda.

Para LCOY Bahia, o racismo ambiental é uma das questões mais graves a serem enfrentadas. A ausência proposital de políticas públicas, como as de saneamento básico, é um exemplo disso. A natureza intencional da negligência se traduz em impactos devastadores para as comunidades tradicionais e populações periféricas (urbanas e rurais). A dificuldade de acesso a direitos básicos é um reflexo da necropolítica, que permite determinar quem pode viver e quem deve morrer, proporcionando mortes simbólicas e objetivas. As consequências são amplas e incluem o genocídio de populações vulnerabilizadas. Quando a poluição, a perda de saúde e o êxodo rural aceleram o fim da vida dos mais velhos, os mais novos perdem os guardiões dos saberes.

Isso desemboca no epistemicídio: o apagamento dos saberes ancestrais, culturais e religiosos dessas comunidades, bem como na desvalorização da cultura popular e suas formas de expressão.

90% dos municípios mais vulneráveis aos eventos climáticos no Brasil têm maioria da população negra ou indígena. As mortes por desastres climáticos são duas vezes maiores em áreas periféricas do que em regiões centrais das cidades. As ondas de calor aumentam as internações por doenças respiratórias e cardiovasculares, afetando principalmente idosos e crianças das periferias urbanas. Em Minas Gerais, as chuvas extremas e os deslizamentos de terra já deixaram mais de 70 mil pessoas desabrigadas apenas em 2022. Segundo a Defensoria Pública de Minas Gerais (2022), as populações negras e periféricas são as mais afetadas pelos desastres, evidenciando o racismo ambiental estrutural.

Por fim, o racismo ambiental manifesta-se também na desigualdade de acesso a áreas verdes e espaços de lazer ecológicos.

Gênero e Clima

A mudança do clima afeta de maneira desproporcional meninas e mulheres, e entre elas, negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e pessoas de gênero diverso estão entre as mais impactadas. Essa desigualdade se explica pela divisão desbalanceada do trabalho, pela sobrecarga de cuidados e pela baixa participação em espaços de decisão sobre políticas públicas e financiamento climático.

No Brasil, as mulheres acumulam tanto funções produtivas, ligadas à geração de renda e reconhecidas socialmente, quanto funções reprodutivas e de cuidado, como zelar pela casa, pelos filhos, por idosos e doentes, além de garantir alimentação e saúde da família, quase sempre sem remuneração. Realizam, em média, 2,5⁴ vezes mais trabalho

⁴ ONU Mulheres, “Cuidado: Um Investimento Fundamental para a Igualdade de Gênero e os Direitos das Mulheres e Meninas”, 29 de outubro de 2024, disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/cuidado-um-investimento-fundamental-para-a-igualdade-de-genero-e-os-direitos-das-mulheres-e-meninas/>



doméstico e de cuidado não remunerado que os homens e, em situações de crise, enfrentam vulnerabilidades adicionais: mulheres entre 25 e 34 anos têm 25% mais chances de viver em pobreza extrema do que homens da mesma faixa etária⁵, e, em desastres, acumulam novas responsabilidades, muitas vezes precisando abandonar empregos ou estudos. Meninas, em especial, são forçadas a deixar a escola para apoiar o sustento familiar, o que as expõe ainda mais à violência e à exclusão social.

A Organização Internacional do Trabalho estima que mulheres e crianças representem 80% das pessoas deslocadas por eventos climáticos extremos, e que crises ambientais estejam associadas ao aumento da violência de gênero, ao casamento infantil e à evasão escolar. No Brasil, há mais de 554 mil meninas entre 10 e 17 anos casadas, sendo mais de 65 mil entre 10 e 14 anos⁶.

Os exemplos regionais revelam como esses impactos são sentidos de forma diversa: no semiárido brasileiro, na maioria dos domicílios afetados pela seca, são as mulheres que buscam água para a casa⁷; na Amazônia, o avanço da grilagem e da monocultura retira das quebradeiras de coco babaçu o acesso à floresta, que é fonte de alimentação, remédios e renda; no Mato Grosso, mulheres grávidas do povo Suruí enfrentam riscos de malformação fetal e problemas neurológicos em seus filhos devido ao consumo de peixes contaminados por metais pesados do garimpo; nas periferias urbanas, sobretudo em metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, meninas já vivem uma sobrecarga histórica de cuidado doméstico, e em situações de enchentes, deslizamentos e ondas de calor, são as primeiras a interromper a escolaridade para apoiar suas famílias. No semiárido nordestino e no norte de Minas Gerais, as secas prolongadas, a desertificação e as altas temperaturas intensificam o risco de pobreza para mulheres chefes de família. Apesar de serem as primeiras a responder em desastres e liderarem processos de reconstrução comunitária, as mulheres continuam excluídas dos espaços de decisão: apenas 21% dos ministros de governo no mundo são mulheres, e somente 14 países têm gabinetes com ao menos metade de ministras.

Mesmo diante dessas desigualdades, as mulheres desempenham papel essencial na mitigação e adaptação à crise climática⁸. São responsáveis por diversificar a renda em suas comunidades, garantir a segurança alimentar, preservar conhecimentos tradicionais, proteger florestas e biodiversidade, defender territórios e lutar por energia limpa. Lideram redes de solidariedade, organizam respostas rápidas a desastres, restauram ecossistemas e garantem segurança hídrica, como no semiárido, onde impulsionam tecnologias de convivência com a seca. Também atuam na inovação e no empreendedorismo sustentável, ampliando alternativas econômicas em territórios vulneráveis. Embora ainda pouco representadas em arenas de poder (como a política, a ciência, o planejamento urbano e os fóruns internacionais), são protagonistas na construção de soluções resilientes, justas e transformadoras diante da crise climática.

⁵ UNRIC, “Eliminar a pobreza” (2022), disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>

⁶ UNFPA Brasil, “Casamento infantil”, disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/casamento-infantil>

⁷ Gendered Waters: The Participation of Women in the ‘One Million Cisterns’ Program in the Brazilian Semi-Arid Region

⁸ Observatório do Clima, “Infográfico: Por que gênero e clima?”, disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/infografico-porque-genero-e-clima/>



Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

Segundo a UNFCCC, as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) estão no centro do Acordo de Paris e da realização de seus objetivos de longo prazo. O Acordo de Paris (Artigo 4, parágrafo 2) exige que cada Parte prepare, comunique e mantenha contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) sucessivas que pretende alcançar, revisando-as a cada cinco anos com mais ambição, transparência, monitoramento e participação social. Uma NDC é um documento oficial que indica que cada país signatário do Acordo de Paris, apresenta seus planos de ação climática para enfrentar as mudanças do clima.

Todos os países signatários do Acordo dividem a responsabilidade de enfrentar as múltiplas crises planetárias, mas o papel nos compromissos de cada um deve e precisa ser diferente. Como denominado pelo Acordo de Paris, os países ricos e industrializados expandiram a sua complexidade produtiva e a sua rede de bem estar social explorando combustíveis fósseis e, historicamente, emitindo muito mais gases de efeito estufa do que os países em desenvolvimento.

Mais da metade das emissões de gases de efeito estufa do Brasil vêm das **mudanças do uso da terra** e, principalmente, do desmatamento. Desse modo, torna-se um imperativo a preservação dos biomas brasileiros como um desafio complexo e crucial para a preservação da sociobiodiversidade e a manutenção do equilíbrio climático dos territórios. O processo de devastação desses biomas é diverso, ocorrendo na forma de desmatamento, supressão vegetal nativa e também através de outras formas de utilização predatória dos seus recursos, como a expansão agropecuária, silvicultura e mineração. O **Plano de Desmatamento Zero até 2030** é uma resposta em face das metas do nosso país para combater as mudanças climáticas e cumprir os compromissos do Acordo de Paris em limitar as mudanças climáticas em 1,5oC.

Em 2021, o governo Bolsonaro atualizou de forma arbitrária e sem consulta pública, a NDC brasileira, tornando-a menos ambiciosa. Tal atitude viola o Acordo de Paris, levou ao rebaixamento da meta nacional de “insuficiente” para “altamente insuficiente” pelo Climate Action Tracker, e motivou uma carta inédita de 1.300 ONGs à ONU, pedindo que a nova NDC não fosse aceita. O caso só foi reconhecido oficialmente em 2023. Destacamos o depoimento de uma das jovens envolvidas, Talita Silva:

Nós, como juventude, carregamos o peso de ser a última geração capaz de fazer mudanças. Mas, para enfrentar a crise climática, precisamos de líderes comprometidos, abertos à construção coletiva e ao protagonismo das populações mais vulneráveis.



As NDCs 3.0, previstas para 2025, podem ser a última linha entre um futuro habitável e o colapso climático. Com base no primeiro balanço global, elas representam uma oportunidade decisiva, e talvez final, de alinhar o mundo à meta de 1,5°C estabelecida pelo Artigo 1 do referido acordo. É a partir dessa perspectiva de diálogo entre a sociedade civil e lideranças comprometidas com o combate às mudanças climáticas que também analisamos criticamente a nova NDC brasileira.

A entrega antecipada da NDC, em novembro de 2024, embora represente um avanço no processo, também abriu espaço para diversas lacunas. A inclusão de novos planos de mitigação e adaptação foi um ponto positivo, assim como a meta de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e o desmatamento total até 2035. No entanto, o documento se contradiz ao não explicar como essas metas serão efetivamente implementadas.

Apesar de mencionar que o Brasil "receberia com satisfação" um calendário para a eliminação dos combustíveis fósseis, a NDC não assume esse compromisso. Ao contrário, o país mantém planos de aumentar em mais de um terço sua produção de petróleo e gás. Outro ponto crítico é a ausência de medidas para fortalecer a posse das terras indígenas.

A NDC estabelece uma meta absoluta de mitigação para toda a economia, com redução de 59% a 67% das emissões até 2035 (em relação aos níveis de 2005). No entanto, segundo o Observatório do Clima, a contribuição justa do Brasil para limitar o aquecimento global a 1,5°C exigiria emissões líquidas de, no máximo, 375 MtCO₂e até 2035. A meta apresentada, porém, prevê emissões entre 850 e 1.050 MtCO₂e, muito acima do necessário. Essa ampla faixa, ou "banda", entre os dois valores (com uma diferença equivalente às emissões anuais de um país como a Argentina) levanta dúvidas importantes: afinal, qual é a meta que realmente orientará os esforços de redução nos diferentes setores da economia? Até o momento, não há uma resposta clara.

Fica evidente, portanto, que a nova NDC brasileira não apresenta uma trajetória concreta e objetiva. A última análise do Climate Action Tracker confirma essa avaliação, classificando a NDC brasileira para 2035 como "altamente insuficiente" para limitar o aquecimento a 1,5°C. Embora a NDC afirme promover a participação pública no planejamento climático, essa participação segue limitada. Como destaca o WWF-Brasil, a plataforma Brasil Participativo, usada para coletar contribuições da sociedade, é acessível apenas a quem tem acesso estável à internet e alfabetização digital, o que exclui grande parte de povos indígenas e comunidades tradicionais, detentores de saberes fundamentais para o sucesso das metas climáticas do país.

Outro ponto identificado, é a falta de alinhamento das leis domésticas com a NDC brasileira. Por exemplo, a concessão de subsídios para a utilização de combustíveis fósseis, o interesse declarado do Governo Federal na exploração de petróleo na Margem Equatorial, a aprovação da PL da devastação, a falta de singularidade e contribuições resolutivas em recortes dos biomas brasileiros, para o alcance da meta climática, o que vai de desencontro com os acordos firmados para redução de GEE. Associado a isso, temos o agravante do esvaziamento e a falta de autonomia e investimento de órgãos ambientais de fiscalização e regulamentação, com lentidão do sistema, entraves da legislação e orçamentos reduzidos para manter uma fiscalização e promoção de políticas ambientais mais robustas.

Some-se a essas incertezas a ausência de uma inclusão efetiva de grupos vulneráveis nos anexos e no conteúdo da nova NDC brasileira. Considerando que esse documento é o principal orientador das políticas climáticas de um país e tem impacto direto na estratégia de desenvolvimento nacional, o distanciamento desses grupos indica que o Brasil não se comprometeu a elaborar políticas específicas para atendê-los.



As LCOY regionais reconhecem que as Contribuições Nacionalmente Determinadas são um passo primordial no combate à crise climática e como um instrumento subsidiário para cobrar políticas públicas e fiscalizar as ações do governo em face do compromisso fixado sob o Acordo de Paris. Entretanto, em face da barreira no diálogo entre as instituições, o governo e os territórios, a Contribuição Brasileira é elaborada em desconexão com os territórios originários, quilombolas, tradicionais e periféricos urbanos, os quais já são afetados pelas consequências da emergência climática.

O Preâmbulo do Acordo de Paris afirma:

"Reconhecendo a importância de participação pública e acesso à informação, bem como da igualdade de gênero, equidade intergeracional e justiça climática, e a resiliência das comunidades, povos indígenas e vulneráveis."

Isso reforça que povos indígenas, juventudes, comunidades tradicionais, mulheres e crianças devem exercer um papel central na construção das soluções climáticas e na formulação das NDCs. Essa inclusão, no entanto, não pode se limitar a menções simbólicas em documentos, ela deve ocorrer por meio do engajamento real e estruturado nos processos de revisão, planejamento e implementação das NDCs. Conforme reconhecidas formas de atingir essas garantias são fisicamente impossíveis de serem replicadas pelos ditos subdesenvolvidos sem que isso acarrete uma catástrofe climática sem precedentes.

Reconhecemos que, para que as NDCs sejam eficazes, é necessário que elas incorporem diagnósticos e propostas que se originem a partir do envolvimento das comunidades locais. Destacamos a construção da NDC indígena pela ABIC, com o lema "Nossos Territórios são a Resposta à Crise Climática", e pleiteando o reconhecimento específico na NDC brasileira e no Plano Clima Nacional, da demarcação, regularização e proteção dos territórios indígenas como política de mitigação climática, com metas específicas, quantificáveis e monitoráveis.

Faz-se necessário que os territórios e a juventude participem dos processos de elaboração e execução das políticas públicas que atendam a esses compromissos nacionais na mitigação das emissões de gases do efeito estufa e debatam a sua eficácia a partir da dimensão de seus territórios.

Em conclusão, destacamos que o Brasil ainda opera com base em planos que carecem de efetividade. É conhecida a baixa transparência e a não participação popular no seu processo de elaboração, revisão e execução dos compromissos brasileiros sob o Acordo de Paris. Somente serão eficazes as contribuições que dialogarem com a realidade dos territórios urbanos e rurais, dos quilombos aos bairros periféricos. Sua NDC permanece voltada prioritariamente aos interesses do mercado e do setor industrial, e não às necessidades das pessoas. O Plano Clima, que deveria orientar as políticas relacionadas à NDC, passou por um processo de escuta pública marcado por falhas: sua construção não foi acessível de forma equitativa. Estratégias como o uso manipulativo de estatísticas e linguagem vaga continuam sendo utilizadas para distanciar as políticas nacionais do que a ciência já deixou claro há anos. Reconhecemos que a incidência dos movimentos sociais, especialmente da juventude, é crucial para democratizar e influenciar o conteúdo das NDCs. Essas lacunas limitam a eficácia desses compromissos firmados pelo Brasil.

Reconhecemos a NDC alternativa elaborada pelo Observatório do Clima como uma proposta mais alinhada à justiça climática e aos compromissos científicos. Defendemos



também o fortalecimento do acesso à informação no Brasil, especialmente considerando que o debate climático só recentemente começou a ser efetivamente democratizado. Isso é essencial para que o movimento juvenil tenha mais força na reivindicação por transformações estruturais. A efetividade dessas metas deve ser acompanhada pela sociedade civil e pelas juventudes dos territórios como forma de cobrar o Estado Brasileiro a sua eficácia e impactos positivos nos territórios, a considerar escritas não generalistas, a adoção de parâmetros, metodologia e metas claras.

Por fim, clamamos também por um reconhecimento, por parte dos organismos internacionais e da UNFCCC, da natureza sistêmica da crise climática como parte de uma crise planetária mais ampla, que envolve não apenas a mudança do clima, mas também a transgressão de outros limites planetários, como a integridade da biosfera, os ciclos biogeoquímicos e a introdução de novas entidades. É necessário ir além da meta de neutralidade: é urgente promover a regeneração dos processos que o Antropoceno desequilibrou.

5. Demandas e Propostas

A juventude brasileira, a partir do acúmulo das Conferências Locais da Juventude (LCOYs) realizadas em todo o território nacional, apresenta as seguintes demandas e propostas:

1. Ação para o Empoderamento Climático (ACE)

1.1 Educação, Cultura e Saberes

1. Tornar a educação climática crítica, ecocêntrica e territorializada um tema transversal e obrigatório em todas as escolas, com aulas práticas em campo e conteúdos adaptados às realidades de cada bioma e comunidade (oceanos, manguezais, favelas, etc.).
2. Adequar a infraestrutura das escolas para resistirem aos impactos climáticos, como calor extremo e alagamentos, e reconhecê-las como polos vitais de cidadania e acesso a políticas públicas.
3. Garantir a inclusão de saberes tradicionais, afro-pindorâmicos e de base comunitária como ferramentas tecnológicas e pedagógicas nos currículos escolares e Planos Político Pedagógicos (PPPs), revertendo o apagamento cultural e o pensamento eurocêntrico.
4. Reconhecer a ciência amazônica para e com o território.
5. Oferecer formação continuada para professores e lideranças comunitárias sobre justiça climática.
6. Reconhecer e valorizar a cultura (funk, samba, grafite, literatura periférica) como ferramenta pedagógica e pilar da justiça climática, promovendo eventos culturais e espaços coletivos que fortaleçam a identidade e a resiliência das juventudes.
7. Realizar olimpíadas de conhecimento para fomentar a educação ambiental de forma lúdica e engajadora em todo o sistema de ensino.
8. Fortalecer os Centros de Referência da Juventude (CRJs) como polos formativos para a justiça climática, capacitando jovens para a elaboração e execução de projetos em seus territórios.



9. Promover o resgate histórico e a valorização da autoestima das famílias e comunidades para romper com o pensamento colonialista e fortalecer a identidade territorial.
10. Adotar oficialmente o termo "formação" em substituição a "capacitação" em todas as políticas públicas, reconhecendo as habilidades e competências inatas dos territórios e suas soluções climáticas.

1.2. Participação e Incidência Política

1. Assegurar a participação efetiva e com poder de decisão das juventudes em todas as esferas de governança climática, desde a elaboração de políticas públicas até as negociações internacionais como as COPs.
2. Criar espaços permanentes de participação, como Comitês de Juventudes em associações de moradores e conselhos municipais, e implementar políticas de reparação, como reserva de vagas em universidades e órgãos públicos, para garantir a presença de jovens de territórios diversos.
3. Construir e aprimorar instrumentos de empoderamento que fortaleçam a autoestima, a autoeficácia e o pensamento coletivo da juventude, capacitando-a para o protagonismo em espaços de poder.
4. A criação de Comitês Locais de Juventudes.
5. Estimular o diálogo permanente com o poder legislativo para a criação de planos estratégicos de políticas climáticas em nível estadual e municipal.
6. Incentivar e proteger o direito à conscientização e ao engajamento popular, reconhecendo mobilizações, marchas e greves como ferramentas legítimas de participação e pressão social.
7. Instituir um mecanismo formal de governança onde todas as novas legislações e projetos de lei sejam submetidos a uma análise de compatibilidade com os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil na sua NDC, garantindo a coerência das políticas públicas.
8. Desenvolver e implementar uma plataforma que cruze, em tempo real, dados climáticos e de emissões com a tramitação de projetos de lei no Executivo e Legislativo, permitindo o acompanhamento transparente da coerência entre as ações governamentais e as metas climáticas pela juventude.
9. Criar uma instância formal de acompanhamento que integre representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para garantir a implementação e a fiscalização transversal das metas estabelecidas nas NDCs na forma de um "Pacto pela transformação ecológica" entre os três poderes, em face da falta de uma instância formal para revisão climática.
10. Assegurar que as políticas climáticas nacionais reflitam os compromissos da Declaração do Rio, com uma Ação para o Empoderamento Climático (ACE) que forme e proteja as juventudes; uma transição energética justa que não reproduza desigualdades; e NDCs elaboradas com participação popular, incluindo a realidade das periferias e territórios tradicionais.



1.3. Comunicação, Articulação e Tecnologia

1. Fortalecer a comunicação popular e o apoio a coletivos de mídia juvenil para combater a desinformação e o negacionismo, garantindo que a informação sobre a crise climática (incluindo siglas como NDC, ACE, TJ / Contribuições Nacionalmente Determinadas, Ações para o Empoderamento Climático, Transição Justa) seja acessível e utilize estratégias que vão além do digital, com ênfase na importância de estratégias de comunicação "offline", como a distribuição de panfletos, para garantir que a informação chegue a todos.
2. Fomentar a criação de uma **plataforma online aberta** que funcione como uma biblioteca que ensina como fazer tecnologias livres e soluções regenerativas (energia eólica, micro hidrelétrica, reciclagem de plástico, biodigestores, construção ecológica, veículos renováveis, agroecologia, etc.), permitindo que comunidades projetem globalmente e fabriquem localmente (cosmolocalismo).
3. Fomentar Laboratórios Comunitários de Tecnologias Livres inspirados no Manifesto TECNOx (2019), promover a criação de laboratórios periféricos e comunitários (makerspaces, fab labs, techshops, núcleos de agroecologia) que funcionem como micro fabriquetas locais de soluções (energias renováveis, biodigestores, agroecologia, bioconstrução) para empoderamento social e produção de ciência aberta e cidadã.
4. A reivindicação pela inclusão de termos e discursos plurais, a partir do olhar das comunidades e povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais em políticas públicas e discursos oficiais de forma protagonista.
5. Reconhecer a Terra Preta de Indígena como patrimônio material e imaterial da cultura pindorâmica brasileira e como modelo de manejo agroflorestal e tecnologia milenar que promove desenvolvimento sócio-bioeconômico.
6. Financiar projetos de Eco Indústrias como modelos de manufatura com impacto positivo líquido (net positive) liderado por jovens, promovendo inovação aberta e reindustrialização do Brasil com foco em soluções sustentáveis, restaurativas e regenerativas.

2. Transição Justa

2.1. Energia e Descarbonização

1. Estabelecer um plano claro de descarbonização para o Brasil, com um cronograma para o fim de todos os subsídios e investimentos na exploração de combustíveis fósseis.
2. Exigimos que o governo elabore um plano inicial de transição justa de companhias federais como Petrobras e Eletrobras para participação da sociedade civil. Para que estas organizações públicas progressivamente se comprometam com orçamentos substanciais para financiamento de soluções de energias renováveis.
3. Rejeitar empreendimentos que ampliam desigualdades e perpetuam a lógica extrativista, como a mineração de urânio e data centers em municípios com crise hídrica, e decretar uma moratória à mineração em áreas sensíveis.
4. Promover a descentralização de energias renováveis e comunitárias (ex: micro eólica, micro hidrelétrica e solar), garantindo que favelas, periferias e comunidades



tradicionais se tornem produtoras de energia e que o acesso seja universal, com ampliação de programas de tarifa social.

2.2. Trabalho, Economia e Infraestrutura

1. Promover a requalificação profissional e criar programas de empregos verdes para os trabalhadores afetados pela transição energética e para a juventude.
2. A inclusão de medidas sensíveis às infâncias e juventudes para proteger bebês, crianças, adolescentes e seus cuidadores no Programa de Trabalho de Transição Justa.
3. Criar políticas públicas de transição para trabalhadores de atividades impactadas, como alternativas de trabalho (ex: coleta seletiva com veículos adequados, ou trabalhadores do carvão que poderiam ser requalificados para operar usinas de hidrogênio, biogás ou outras energias renováveis) em processos de fim de tração animal.
4. Adotar o termo "sócio-bioeconomia" para valorizar o protagonismo das comunidades e seus saberes ancestrais.
5. Planejar as cidades de forma adaptada ao clima, considerando modelos ancestrais de ocupação e investindo em mobilidade urbana sustentável (tarifa zero, ônibus elétricos, incentivo a bicicletas, ampliação da malha ferroviária).
6. Instituir o "IPTU Verde" como mecanismo de incentivo fiscal para práticas de sustentabilidade e resiliência climática em imóveis urbanos e rurais.
7. Implementar políticas de adesão ao movimento "Lixo Zero", garantindo que apenas rejeitos não recicláveis ou compostáveis sejam destinados a aterros.
8. Conceder subsídios governamentais para a aquisição de veículos elétricos e fomentar a infraestrutura de recarga.
9. Desenvolver e implementar um plano nacional de incentivo ao consumo consciente, com metas claras para a redução do desperdício.

2.3. Soberania Alimentar e Modelos Agrícolas

1. Eleger a agroecologia como objetivo nacional, fortalecendo a agricultura familiar e a juventude camponesa por meio de políticas de reforma agrária, crédito e incentivos.
2. Promover a educação alimentar à base de plantas e ampliar iniciativas de agricultura urbana, como hortas comunitárias, hortas verticais e sistemas hidro e aquaponicos.
3. Garantir um ambiente livre de agrotóxicos, com políticas de restrição e um plano de transição para a eliminação total de seu uso.
4. Ampliar massivamente as iniciativas de compostagem e agroecologia em contexto urbano para fortalecer a segurança alimentar nas cidades.



3. Proteção Territorial, Governança e Justiça Ambiental

3.1 Direitos Territoriais e de Defensores do Meio Ambiente

1. Garantir a proteção efetiva de lideranças e defensores dos direitos humanos e ambientais, especialmente por meio da ratificação e implementação do Acordo de Escazú pelo governo brasileiro.
2. Assegurar a demarcação de Terras Indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a criação de áreas protegidas, reconhecendo legalmente os coletivos de guardiões que atuam na proteção desses territórios.
3. A criação imediata de marcos regulatórios para o mercado de carbono, com participação efetiva das comunidades e dos territórios para protegê-los de práticas exploratórias, sobretudo quando falamos de projetos de carbono no norte do país.
4. Interromper a aprovação de projetos de lei que atacam os direitos territoriais e fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental com autonomia e orçamento.
5. Adotar um compromisso governamental para enfrentar o racismo ambiental com políticas públicas estruturantes, garantindo o protagonismo das populações mais vulnerabilizadas.
6. Assegurar que todas as políticas de transição justa incorporem uma perspectiva interseccional (gênero, raça, etnia, classe, LGBTQIAPN+), fortalecendo a economia do cuidado.
7. Abandonar em definitivo as políticas públicas que partem de uma visão de incapacidade dos povos e comunidades tradicionais para gerir seus próprios territórios.

3.2. Consulta e Participação Comunitária

1. Garantir o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e reafirmar a centralidade do direito de veto das comunidades frente a empreendimentos que impactem seus territórios. Ressaltamos que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não assegura o direito ao veto, o que evidencia uma lacuna que precisa ser urgentemente revista para garantir a efetiva proteção e autodeterminação dos povos e comunidades.

3.3. Biodiversidade e Ecossistemas

1. Refrear e reverter a perda de cobertura vegetal e a supressão de áreas verdes nos ambientes urbano e rural, com fiscalização rigorosa e programas de reflorestamento.
2. Desinstitucionalizar a política de destruição legalizada dos ecossistemas brasileiros por dentro do sistema legislativo.
3. Ampliar a criação e proteção de áreas e corredores verdes para garantir a livre circulação e a proteção de animais silvestres.
4. Assegurar a defesa dos direitos dos animais domésticos e silvestres e garantir a salvaguarda de espécies nativas por meio de políticas de proteção da fauna.



5. Iniciar o processo de transição para o fim das carroças de tração animal, incluindo a destinação dos cavalos e a alternativa de trabalho para os ex-carroceiros.
6. Implementar políticas de recomposição hídrica nas cidades, subúrbios e meios rurais, com a proteção e recuperação de nascentes e rios urbanos.
7. Implementar uma política pública nacional para o manejo populacional ético de cães e gatos, reconhecendo a questão como um desafio de saúde única e bem-estar socioambiental.
8. A proteção de todos os biomas, como a restauração de áreas degradadas e o incentivo a práticas de manejo sustentável.

4. Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

1. Tornar as NDCs brasileiras mais ambiciosas e eficazes, elaboradas de forma participativa ("de baixo para cima"), com transparência e metas claras, específicas e territorializadas.
2. Incluir indicadores de justiça climática, metas de adaptação para áreas urbanas vulneráveis, e metas explícitas de educação ambiental e fomento a alternativas como a agroecologia.
3. Exigir a responsabilização dos setores que mais emitem gases de efeito estufa.
4. Criar mecanismos formais para garantir o alinhamento das leis nacionais com os compromissos climáticos, como um "Teste de Compatibilidade Climática" para novas legislações.
5. Desenvolver um sistema integrado que cruze dados climáticos com a tramitação de projetos de lei em tempo real para monitorar a coerência das políticas.
6. Criar uma instância formal de acompanhamento em tempo real que integre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para garantir a implementação das NDCs.
7. Incluir metas claras de financiamento para ações voltadas a crianças e jovens em ACE, mencionando especificamente o NCQG, GEF e GCF.
8. Criar indicadores de sucesso para a Ação de Empoderamento Climático (ACE) focados em crianças e jovens (ex: alcance de programas educativos, número de jovens capacitados).

5. Financiamento e Fomento a Ações Locais

1. Garantir que o financiamento climático (nacional e internacional) chegue de forma direta, desburocratizada e transparente às iniciativas de base, com linhas orçamentárias específicas para projetos de juventudes e comunidades tradicionais.
2. Implementar rodadas de microfinanciamento descentralizado para coletivos locais e criar fundos semente para apoiar projetos juvenis em fase inicial.
3. Criar fundos de pesquisa específicos para estudos de microclima e mudanças climáticas em nível local, com participação e liderança de pesquisadores dos territórios.
4. Estabelecer parcerias estratégicas com universidades e institutos de pesquisa para desenvolver soluções climáticas territorializadas e apoiar tecnicamente as iniciativas comunitárias.



6. Demandas e Propostas

1. Garantir a proteção de lideranças e defensores de direitos humanos e de seus territórios (florestas e águas), com **ratificação e implementação do Acordo de Escazú** e respeito à **Convenção 169 da OIT** (consulta livre, prévia e informada).
2. **Reconhecer escolas e espaços educativos** como formadores de novas lideranças, incluindo **eventos e intervenções comunitárias** como parte legítima da formação de crianças e jovens.
3. **Incluir saberes tradicionais** como ferramenta tecnológica e pedagógica nos **Planos Político-Pedagógicos (PPP)** voltados a povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombos da Amazônia.
4. **Formação continuada** para professoras(es) indígenas, ribeirinhas(os), quilombolas e demais povos tradicionais sobre a crise climática em contextos globais e locais, com discussão desses temas em sala de aula.
5. **Educação ambiental e climática** como disciplina transversal em todas as escolas públicas, articulada ao bioma e à realidade local (oceanos, manguezais, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Amazônia, favelas urbanas), com **aulas práticas em campo** e linguagem acessível.
6. **Formação continuada** em justiça climática para professoras(es), lideranças comunitárias e agentes culturais, integrando saberes acadêmicos, tradicionais e populares.
7. O Estado brasileiro deve **reconhecer a cultura como ferramenta pedagógica**, valorizando funk, samba, grafite, literatura periférica e outras expressões da juventude como práticas de empoderamento climático.
8. **Espaços permanentes de decisão** para juventudes nas políticas climáticas, com assentos efetivos em conselhos municipais, estaduais e nacionais, e na **elaboração, monitoramento e revisão das NDCs** (Contribuições Nacionalmente Determinadas), com mecanismos de transparência e consulta pública acessível.
9. **Metas claras de financiamento** para crianças e jovens em ACE (Ação para o Empoderamento Climático), inclusive no escopo da **NCQG** (Nova Meta Quantificada Coletiva), do **GEF** (Fundo Global para o Meio Ambiente) e do **GCF** (Fundo Verde para o Clima), com linhas específicas para educação formal e não formal, materiais educativos, comunicação inclusiva, fóruns e eventos infantojuvenis.
10. **Indicadores de sucesso de ACE** para crianças e jovens: alcance de programas educativos, número de capacitados(as), presença infantojuvenil em consultas públicas e impacto em escolas, universidades e territórios tradicionais.



11. **Financiamento climático direto** e desburocratizado para projetos comunitários de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, periféricos e juventudes; **rodadas de microfinanciamento** (R\$ 10–50 mil) com prazos de até 12 meses para coletivos locais.
12. **Transparência** total sobre financiamentos existentes e previstos nos territórios, com **responsabilização socioambiental** de empresas instaladas.
13. **Reconhecimento formal** do papel das comunidades de base na **vigilância e monitoramento climático**, garantindo financiamento para guardiões ambientais, coletivos locais e grupos de jovens.
14. **Territorializar as NDCs** com metas de **adaptação urbana** para favelas e periferias (saneamento, drenagem, áreas verdes, habitação digna), e **indicadores de justiça climática** (redução de desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas).
15. **Planejar cidades adaptadas ao clima**, priorizando soluções sustentáveis (cidades esponjas, arborização, corredores verdes, infraestrutura verde-azul) e **IPTU Verde**.
16. **Fortalecer políticas habitacionais** e de prevenção/gestão de riscos para proteger famílias afetadas por desastres.
17. **Criar instrumentos jurídicos e legislativos** que responsabilizem agentes públicos e privados por impactos ambientais; **desinstitucionalizar** a política de destruição legalizada no Legislativo.
18. **Transição energética justa**, com plano claro de descarbonização, com cronograma de redução e **fim dos subsídios aos fósseis**, levando a **diminuição gradativa do uso** e investimentos nesses combustíveis.
19. **Não replicar erros extrativistas** na transição: evitar que mineração para novas tecnologias energéticas reproduza impactos ambientais e sociais severos; **moratória à mineração em áreas sensíveis**.
20. **Energia comunitária descentralizada**, com apoio a cooperativas de microgeração solar e eólica em escolas, associações e bairros; **ampliar tarifa social** e **eficiência energética** nas periferias.
21. **Garantir acesso a energia limpa, renovável e estável**, respeitando direitos humanos, sociais e culturais, com **consentimento prévio, livre e informado**; **políticas de pré-implantação** que assegurem consulta e **direito de veto comunitário** diante de empreendimentos danosos, com normativas e monitoramento rigorosos.
22. **Saneamento básico descentralizado** de acesso equitativo com biodigestores, wetlands construídos e tecnologias sociais adaptadas.



23. **Implantar sistemas de água** adequados às realidades ribeirinhas e **mar melhorias o transporte fluvial** e acessibilidade. Com novas tecnologias de segurança para navegação e estabilidade de embarcações.
24. **Criar políticas de adaptação** a secas, enchentes e ondas de calor; **estações de monitoramento ambiental** (ar e água) e alertas locais.
25. **Tornar a Agroecologia como objetivo nacional** e **valorização da agricultura familiar**: crédito acessível, compras públicas, assistência técnica, reforma agrária abrangente, incentivo a cadeias florestais (butiá, lã, açai-juçara, plantas medicinais, quitutes), integração biodiversidade–clima, **educação alimentar à base de plantas**.
26. **Garantir meio ambiente livre de agrotóxicos; refrear e reverter** a perda de cobertura vegetal e supressão de áreas verdes urbanas e rurais; **reflorestamento com espécies nativas**.
27. **Valorização dos catadores** com remuneração por serviços ambientais e investimento em cooperativas; **adesão ao Lixo Zero** (aterro só para o não reciclável/compostável). Investimento e formação de catadores para operar infraestrutura para beneficiamento dos resíduos com máquinas que o transformam em produtos finais.
28. **Ampliação de áreas e corredores verdes** para fauna; **defesa dos direitos dos animais domésticos e silvestres**.
29. **Financiar e subsidiar mobilidade justa: tarifa zero** e mobilidade urbana sustentável; incentivo a bicicletas; **frotas de ônibus elétricos**.
30. **Evitar empreendimentos que ampliam desigualdades**, como **mineração de urânio em Santa Quitéria** e **data centers** em municípios com crise hídrica.
31. Dar **poder de veto a população e comunidades** a projetos com implicações com fatos que comprovem afetar negativamente comunidades, ecossistema e seres vivos que vivem na região
32. **Justiça climática interseccional**: criar e promover políticas sensíveis a gênero, raça, etnia, classe e território, enfrentando a necropolítica e o genocídio da juventude afrodescendente; **economia do cuidado** e proteção de bebês, crianças, adolescentes e cuidadores(as) (saúde, saúde mental, educação, alimentação, lazer, moradia), com enfoque **LGBTQIAPN+** e étnico-racial.
33. **Reconhecer explicitamente** populações tradicionais, afrodescendentes e indígenas em todas as políticas e discussões, garantindo **visibilidade, respeito e proteção de direitos**.



34. **Sócio-bioeconomia**: adotar o termo para valorizar o protagonismo de comunidades detentoras de saberes ancestrais afro-pindorâmicos na adaptação, resiliência e cidades sustentáveis; **planejamento das cidades amazônicas** com base em modelos históricos de ocupação humana da região.
35. **Realização da ciência amazônica para e com o território**; rejeitar narrativas acadêmicas extrativas; **reconhecer intelectualidades** que nascem da confluência de saberes africanos e indígenas (produtoras de ciência, cidades sustentáveis e biodiversidade há milênios).
36. **Substituir “capacitação” por “formação”**, reconhecendo habilidades e competências inatas dos territórios e suas soluções climáticas.
37. **Comunicação e articulação juvenil**: financiar criação e manutenção de plataformas e redes que integrem coletivos ambientais, culturais e sociais; **fortalecer comunicação popular** para denúncia e mobilização; **encontros inter-regionais** de juventudes.
38. Financiar campanhas de **Combate às fake news** e **formação midiática juvenil**; apoio a coletivos de comunicação popular.
39. **Fortalecimento de CRJs** como polos formativos; **comitês de juventudes** em associações de moradores; **diálogo com Legislativo** para planos estaduais de políticas climáticas.
40. **Ampliar hortas urbanas, plantios comunitários** e espaços de trocas do bem viver; **fundos de pesquisa** para microclima e mudanças climáticas; **incentivos verdes financeiros** e ao **consumo consciente**.
41. **Eco Indústria Modular / Tecnologias Livres**: financiar criação e promoção de plataforma online aberta (ex.: ecoindustriamodular.com) como **biblioteca de soluções livres**, com documentação acessível (micro-aerogeradores, reciclagem de plásticos/bioplásticos, biodigestores, saneamento, agricultura urbana, agroecologia, bioconstruções, veículos ecológicos), **protocolos de governança participativa** (leis, audiências públicas, alocação descentralizada, transparência), e **articulação glocal** (COP/COY/LCOYs).
42. Promover mais financiamentos descentralizados para implementação de **Laboratórios comunitários de tecnologias livres** (Manifesto TECNOx): **fablabs periféricos** para projetar globalmente e fabricar localmente; **energia solar comunitária** e **implementação de sistemas solares** nas comunidades amazônicas.
43. Investir em projetos da juventude como protagonista para gerar mais **Empregos verdes para juventudes**, com autonomia sobre infraestruturas nas periferias e comunidades ribeirinhas; **requalificação profissional** e formação técnica para trabalhadores(as) afetados(as) pela transição; **reutilização de infraestrutura industrial e habilidades existentes** (e.g., trabalhadores do carvão reaproveitados).



em novas manufaturas e operações de usinas de hidrogênio, biogás, solar e eólica).

44. **Participação social garantida** em todo o ciclo dos projetos energéticos (planejamento, implantação, monitoramento) e **transparência** nas decisões de energia e meio ambiente.
45. **Reforçar órgãos fiscalizadores** e construir **políticas de adaptação** baseadas em saberes tradicionais; **proteger territórios** e seus defensores; **fortalecer escolas ribeirinhas** como pólos de cidadania, tecnologia e políticas públicas.
46. **Escola como centro vital de políticas públicas** (acesso à água, saneamento, internet, lazer e cidadania); **currículos vivos e participativos** que valorizem saberes tradicionais e integrem cultura local ao calendário escolar (festivals, feiras, oficinas), promovendo **protagonismo juvenil**.
47. **Economia local e dignidade**: fortalecer **cooperativas de artesanato e turismo de base comunitária**; **valorização da agricultura familiar** e compras públicas; **apoio a pequenos agricultores** para evitar o êxodo rural e assegurar a permanência digna da juventude no campo.
48. **Conscientização e engajamento popular** nas tomadas de decisão: mobilizações, marchas e greves como ferramentas legítimas para forçar o debate público e reverter decisões que prejudicam o coletivo.